



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 24**

Sessão Ordinária de Fevereiro

Reunião de 26-02-1999

Aos vinte seis dias do mês de Fevereiro de mil novecentos e noventa e nove, nesta cidade de Aveiro, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida por Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário João Pedro Simões Dias e Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Álvaro Patrício do Bem, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Jorge Carvalho Arroiteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Armando Manuel Dinis Vieira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Santos Soares Machado, António Sousa Dinis Correia, Diniz Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes, Élio Manuel Delgado da Maia e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Fernando Cardoso Leitão Miranda, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Rogério Mário Madaíl da Silva, Manuel Simões Madaíl.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentadas pelos vogais Nuno Teixeira Lopes Tavares, Pedro Machado Pires da Rosa, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, João Pires da Rosa, Henrique Manuel Morais Diz, Rogério Mário Madaíl da Silva, Victor Manuel da Silva Martins, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Luís Miguel Capão Filipe, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Branco Pontes, Manuel Simões Madaíl e Élio Manuel Delgado da Maia, as quais foram aceites e consideradas justificadas.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa, nos termos regimentais, deu posse como membro da Assembleia Municipal ao Presidente da Junta de S. Jacinto, António Ildebrando Nunes Costeira.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa deu nota de toda a correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

Continuando no uso da palavra leu a ordem de trabalhos da Sessão Ordinária do mês de Fevereiro, cujos pontos se transcrevem:

**Ponto n.º 1 - Comunicação Escrita do Presidente da Câmara;**

**Ponto n.º 2 - Sociedade Anónima do Matadouro - Participação da Câmara;**

**Ponto n.º 3 - PDM - Proposta de alteração ao Regulamento;**

**Ponto n.º 4 - Aquisição de Bens:**

**a) Imóvel para implementação da rotunda do Eucalipto;**

**b) Terreno na área envolvente à Junta de Freguesia de São Bernardo.**

De seguida o Sr. Presidente da Mesa, colocou à votação do plenário as seguintes actas:

Acta n.º 20 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e um votos e uma abstenção.

Entretanto entrou na sala o vogal Victor Manuel da Silva Martins.

Acta n.º 21 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e um votos e duas abstenções.

Acta n.º 22 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta votos e três abstenções.

Acta n.º 23 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de vinte e nove votos e quatro abstenções.

Presidente da Mesa:

*“Estas instalações são provisórias, mas enfim, penso que estamos minimamente confortáveis. O facto de reunirmos aqui, quando reunirmos, causa perturbação aos serviços do Centro Cultural, porque é preciso montar, desmontar - é complicado.*

*É uma situação provisória, e em Portugal as coisas provisórias tendem a ter uma duração de pelo menos cinco anos. As nossas reuniões passarão a ser lá em baixo, na sala polivalente que fica à direita do hall de entrada - aquele salão comprido. Os arquitectos da Câmara fizeram um “boneco”, que já foi entregue aos líderes de bancada; penso que a Assembleia vai ficar bem instalada, até com tendência definitiva porque ficará bem - naquele salão grande será feito um tabique com bom aspecto, forrado a tijolo, para fazer um separador para a sala de reuniões e de apoio e será montada uma estrutura parlamentar.*

*O Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Custódio Ramos e eu próprio, falámos com a Sr.ª Arquitecta Emília e eu fiz-lhe esta referência: encaixe aqui um parlamento, nas duas versões possíveis - no esquema inglês (coxia ao meio, bancadas corridas de um lado e de outro); ou no estilo francês (em hemiciclo). Ela fez um estudo e essa versão anglo-saxónica ou inglesa não foi fiel; porque fez como estávamos no salão cultural - duas tiras laterais e um de topo, mas como não tinha largueza, portanto “acavalava”, as laterais batiam demais de topo na transversal de fundo: não me parece famosa essa solução. A solução de hemiciclo fica razoável e acho que vamos poder ficar a funcionar bem lá. A Câmara e o seu Ex.mo Presidente, estão disponíveis, para ficarem por ali durante algum tempo; e para termos mobília adequada, aparelhagem adequada e assessoria. Não sei exactamente quando é que poderemos funcionar lá em baixo.”*

Continuando e nos termos do art.º 60 do Regimento da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra para intervirem aos munícipes: Maria Eulália Vaz Pinto de Queirós; Alípio José Reis de Almeida e João Alberto Simões Barbosa.

Maria Eulália Vaz Pinto de Queirós:

*“Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro; Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Aveiro; Ex.mos Srs. Vogais da Assembleia Municipal; Minhas Senhoras e Meus Senhores. Como é do conhecimento público, a comissão de moradores de Aradas foi gentilmente recebida pelo Sr. Presidente da Câmara no dia 9 de Fevereiro. Nessa ocasião tivemos a oportunidade de lhe fazer sentir um conjunto de preocupações que motivaram este movimento de contestação ao custo elevado da tarifa de ligação ao saneamento da rede pública.*

*Foi-nos então prometida uma resposta, que terá vindo sob a forma de um ofício n.º 1409 de 19 de Fevereiro, dos Serviços Municipalizados.*

*Nesse ofício apenas são recordadas as condições de isenção já previstas, e convidadas as pessoas a solicitar o seu usufruto. Mas isto não é novidade nenhuma! Não corresponde sequer a um conjunto de preocupações que o próprio Presidente manifestou nesse encontro.*

*Onde estão, por exemplo, medidas tendentes a melhorar a informação pública sobre estes regimes de isenção? Não seria simpático, por exemplo, fazer acompanhar este ofício de uma cópia actual do art.º 259 do Regulamento Municipal de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais citado no referido ofício?*

*Temos sido frequentemente questionados sobre alternativas ao financiamento destas ligações. Pensamos que esta questão deve ser colocada exactamente ao contrário: são os responsáveis políticos municipais que devem esclarecer detalhadamente como foi determinado este preço. Uma ponte para um diálogo começaria aqui.*

*A nossa posição sobre isto é conhecida: pensamos que devem ser suportados pelo Orçamento do Estado e pelo Orçamento Municipal.”*

**Alírio José Reis de Almeida:**

*“Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Srs. Deputados. A Comissão de Moradores de S.<sup>ta</sup> Joana, entrega a V.Ex.a um abaixo assinado, com seiscentas e cinquenta e três assinaturas, que representam seiscentos e cinquenta e três protestos pela ligação de saneamento básico de oitenta e dois mil e quinhentos escudos. É muito mais que o salário de muitos trabalhadores residentes em S.<sup>ta</sup> Joana. Só exigimos uma coisa - Justiça. Obrigado.”*

**João Alberto Simões Barbosa:**

*“Sr. Presidente. Srs. Deputados. Meus Senhores. Comunicação Social. A Junta de Freguesia da Vera Cruz, decidiu simbolizar os naturais da Freguesia.*

*Como todos sabem - “Cagaréu” - é um substantivo com que se designam os pescadores de Aveiro e particularmente, os naturais da Freguesia da Vera Cruz. Para os simbolizar, nada melhor do que através de uma obra do artista, também natural da Freguesia - José Augusto. Como é uma honra, para a Freguesia ter um seu natural, Deputado da Assembleia da República; Membro do Parlamento Europeu e Presidente desta Assembleia - Carlos Candal, Cagaréu de gema, decidiu a Junta de Freguesia oferecer-lhe a obra, acompanhada com um documento de autenticidade.”*

**Presidente da Mesa:**

*“Eu agradeço a amabilidade e a referência - que não é para mim naturalmente, é para todos.”*

**João Alberto Simões Barbosa:**

*“Já agora se me permitissem eu lia o certificado.*

*«CAGARÉU - Nos moliceiros há uma tampa móvel, com fechadura, que cobre o caselo da ré e constitui uma espécie de degrau alteado, que serve de assento ao arrais; é a entremesa. No espaço coberto por esta tampa, guarda-se o barril da água, as forçadas e as tamancas. Por detrás da entremesa, na parte mais estreita e elevada da ré fica um pequeno compartimento designado por cagarete, onde se deposita o sal, o peixe ou a carne salgada, para consumo de bordo. O cagarete fica, portanto, por detrás do degrau alteado que serve de assento ao arrais. Não é o lugar onde a tripulação defeca ou caga à ré, pois que, a bordo dos moliceiros não há nenhum lugar específico para “fazer as necessidades”. Tudo isso se faz pela borda fora da embarcação.*

*Contudo, será possivelmente desta expressão - “caga à ré” - que vem a palavra cagaréu, substantivo com que se designam ou alcunham em termos gerais os pescadores de Aveiro e, particularmente, os naturais da Freguesia da Vera Cruz.*

*Aliás, os de fora de Aveiro, chamam aos aveirenses, de forma abrangente, cagaréus, sem atender às especificidades locais com que se designam, por exemplo, os naturais da Freguesia da Glória: ceboleiros; ou da freguesia de Esgueira: bicudos.*

*Para a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, cagaréu é a alcunha que se dá aos pescadores de Ílhavo: Já de noite regresso num barco de cagaréus que vão à festa de São Tomé, conforme escreveu Raúl Brandão, em “Pescadores”, Página 102.*

*O que é facto é que, desde que nos lembramos, por cagaréus são designados, especificamente, os naturais da Freguesia da Vera Cruz, da cidade de Aveiro.*

*E as gentes da Beira-Mar têm orgulho pela forma como são alcunhados»”.*

**Presidente da Mesa:**

*“Muito obrigado pela intervenção, são temas que a todos nos tocam. Sobre “cagaréu”, há muitas leituras - eu não aprofundi o assunto, mas para mim, ser cagaréu; nós os aveirenses que somos gente humilde e discreta e com alguma tendência igualitária, independentemente do estatuto individual, mas socialmente alguma tendência igualitária, mas somos orgulhosos e altivos quando é preciso e quando nos agridem ou confrontam ou contestam. E então, eu cagaréu, sempre pensei, sempre tive essa perspectiva: nós os aveirenses, somos cagaréus porque quando somos agredidos ou menosprezados ou ofendidos por quem quer que seja, subimos por eles acima e estamos à vontade, por eles abaixo. Era a leitura que eu fazia da expressão. Mas esta é capaz de ser mais rigorosa, mas tudo isto é discutível - cada um terá a sua interpretação.*

*E como estamos em maré de prendas, vai ser distribuída por todos os membros da Assembleia, uma medalha comemorativa do concerto que assinalou a aquisição do Teatro Aveirense, pelo Município - no dia cinco de Novembro. A medalha é muito bonita para meu gosto; são numeradas, penso que não vai haver critério nenhum na distribuição das medalhas, até porque a subversão na distribuição hierárquica das medalhas, começou cedo, porque a que me tocou tem o número onze; tirando a medalha do Ministro e a medalha do Secretário de Estado, antes da minha só poderia ser a do Presidente da Câmara. Porque hierarquicamente, no Município o topo da hierarquia, é preenchido pelo Presidente da Câmara e o segundo lugar é o do Presidente da Assembleia. Mas não vale a pena ser mesquinho nessas coisas.*

*Parabéns à Câmara - a medalha é bonita, o Helder Bandarra está de parabéns, a Câmara está de parabéns e nós estamos agradecidos pela amabilidade.*

*Temos também - o prometido é devido - e o Dr. Raúl Martins, é um homem que cumpre; tinha falado na distribuição de um livro sobre a expressão histórico-documental do Porto de Aveiro, é uma bela edição, que vai também ser distribuída; tem textos e gravuras, ilustrações interessantes, tem a conferência do Comandante Rocha e Cunha, penso que devemos agradecer e ficamos naturalmente reconhecidos ao Dr. Raúl Martins - ilustre Presidente da APA.*

*Depois temos um calendário, que já todas as bancadas têm, é interessante, bonito e cultural. É de iniciativa da Câmara - penso que é interessante.*

*Para terminar esta parte dos trabalhos, tenho o gosto de informar que recebi, não exactamente na qualidade de Presidente da Assembleia, uma comunicação do Sr. Eliseu Martins Godinho, que trabalhou ao longo de quarenta anos na Câmara Municipal de Aveiro e que já está aposentado há uns tempos e que diz que recordará com saudade os tempos que esteve na Câmara.*

Entretanto entrou na sala o vogal Luís Miguel Capão Filipe.

De seguida entrou-se no período regimental de Antes da Ordem do Dia.

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

**Vogal António Salavessa:**

*“Em primeiro lugar, para lhe dar nota de que: nos termos regimentais e por seu intermédio, vou solicitar que a Câmara, nos entregue - se tiver em sua posse e para nossa análise, o Plano de Ordenamento da Orla Costeira, que está em discussão e a resposta da Câmara Municipal de Aveiro, ao inquérito promovido pela Associação Nacional de Municípios referente à transferência de competências da Administração Central para os Municípios.*

*Em segundo lugar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria comunicar que em Maio do ano passado, foi publicado em Diário da República o estatuto do direito da oposição. Esse estatuto não altera, como é óbvio, os direitos gerais de oposição previstos na constituição e noutras leis, mas estabelece as condições em que as forças políticas devem actuar.*

*Por estas circunstâncias e por outra norma da lei, pode afirmar-se que o PCP, pode invocar nesta Assembleia, esse direito. Pois quer o PSD, quer o PP, estão representados no Executivo, partilhando responsabilidades a esse nível. É o reconhecimento deste estatuto, de titular do direito de oposição que hoje coloco desta maneira, que não impedirá, antes exige, uma comunicação formal do PCP à Câmara Municipal. As consequências são as que constam na lei - e lembro apenas, ao Sr. Presidente que entre ela está a obrigação de ser informado, regularmente*

*e directamente pela Câmara, do andamento dos principais assuntos de interesses público, relacionados com a actividade municipal e o direito de sermos ouvidos sobre as propostas dos planos e orçamentos, antes da sua aprovação na Câmara Municipal.*

*No período reservado ao público, tivemos aqui mais uma vez, munícipes que colocaram problemas vários, relacionados com as taxas de ligação do saneamento. Se há teimosia neste assunto, ela não será certamente, das pessoas que repetidamente tem chegado junto dos órgãos desta autarquia, protestando, contra o que é uma injustiça e reclamando da nossa parte, medidas que correspondam ao sentir e à necessidade das populações que se nos dirigem às centenas - pessoalmente e por abaixo assinado. São sem dúvida pessoas persistentes: se existe teimosia, ela terá que ser encontrada noutra local, talvez na Câmara Municipal; porque como é óbvio, o problema continua em aberto. Os moradores de S.<sup>1a</sup> Joana e de Aradas, demonstram-no de forma organizada. Mas o que eles dizem, é repetido por outros - de Mataduços, de Cacia e por aí fora. Aquilo que foi feito por nós, tem sido um passo positivo, é insuficiente e mesmo assim - conforme foi demonstrado, mal divulgado. A Câmara e os Serviços, devem desenvolver uma verdadeira companha de esclarecimento acerca das isenções, que foram decretadas. Mas repito: o que foi feito, foi insuficiente. E por muito que a Câmara e o Sr. Presidente, queiram demonstrar o contrário - o valor que é cobrado, é uma violência.*

*O assunto para nós, não está encerrado: por um lado, os custos invocados, são passíveis de contestação e mesmo que sejam reais, a actual lei das finanças locais, não obriga o município, a que este faça repercutir, sobre os cidadãos a totalidade dos custos com a ligação.*

*Achamos por isso, que se deve ir mais longe. Sr. Presidente, Srs. Vereadores, chegou à altura de escutarem as vozes das pessoas do Concelho, que reclamam outra atitude dos órgãos municipais. O PCP apela formalmente à Câmara, para que proceda a uma revisão orçamental urgente, que permita a transferência para os Serviços Municipalizados de Aveiro, das verbas suficientes para que seja drasticamente reduzido o valor que é cobrado aos munícipes na ligação do saneamento. Se a Câmara tiver essa coragem, terá certamente o apoio desta Assembleia.*

*Por último; Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia, recebi há dois dias uma comunicação da magistrada do ministério público, do Tribunal Administrativo de Coimbra, que me deu conta do despacho que determinou o arquivamento do processo de averiguação provocado pela minha exposição ao poder judicial, acerca da eventual perda de mandato de membros desta Assembleia: o Sr. Victor Martins e o Sr. Gaspar Albino. Uma exposição motivada, então, como afirmei, por um conjunto de valores - como sejam o cumprimento da legislação em vigor; a transparência dos órgãos autárquicos; a completa separação entre o interesse público e a perseguição dos interesses privados; o estar acima de qualquer suspeita no aproveitamento pessoal, dos cargos públicos. Quando decidimos no PCP e na CDU, desencadear estes processos, fizémo-lo convictos, de que perante os factos que invocámos, a razão nos assistia. Fizémo-lo, não porque nos movesse qualquer animosidade pessoal ou política, contra o Sr. Gaspar Albino ou o Sr. Victor Martins, mas sim a exigência dos que deram o seu voto à CDU, de que pugnemos pela separação entre interesse público e interesse privado. Dissemos que a decisão cabia ao poder judicial, e a magistrada do ministério público, do Tribunal de Coimbra, decidiu o arquivamento dos autos.*

*Por nossa parte, se não ocorrerem factos novos, o assunto está encerrado do ponto de vista jurídico. Não vamos contestar o despacho, não o vamos recorrer, embora discordemos em parte substancial e decisiva, da sua fundamentação. As diferentes interpretações da lei, são uma realidade corrente, bem expressa ontem na decisão do supremo tribunal, em que quatro juizes tiveram opinião contrária à da maioria, no caso da escandalosa prescrição da pena do PID - Rosa Casaco.*

*Não posso deixar de sublinhar neste momento, que no despacho não foi negado ou contrariado, qualquer dos factos que invocámos relativos aos contratos estabelecidos entre a Câmara e as empresas de que eram sócios gerentes, os nossos colegas da Assembleia. Esses factos correspondem à verdade. Daí que, dando como concluída a vertente jurídica, continua em aberto a questão política: a confusão no que diz respeito a contratos, entre autarquia e autarcas, não é benéfica, para a necessária transparência da vida municipal, e não é positiva para os autarcas envolvidos que estarão sempre sujeitos em qualquer votação, que essa votação seja avaliada à luz de eventuais compromissos com a Câmara Municipal. Tenho dito.”*

Presidente da Mesa:

*“Já agora gostaria de sublinhar a sua frontalidade e lealdade, de ter vindo aqui em primeira mão, comunicar essa decisão - que é uma decisão jurídica, discutível como todas as decisões jurídicas naturalmente. Fico satisfeito, em termos de opinião pública e de prestígio do órgão, que tenha ficado desvanecida a suspeição que tinha sido levantada legitimamente.*

*Não penso que ultrapassado o problema jurídico, subsista qualquer problema político. O direito, as normas jurídicas, visam estabelecer os mínimos éticos da convivência social. É evidente que as corporações, e os níveis de convivência, podem estabelecer outras regras mais exigentes: morais, religiosas, políticas, partidárias ... mas o direito estabelece realmente, o mínimo ético de convivência em cada época e em cada período. Portanto, pelo menos nesse aspecto, está ultrapassada a questão. Quem tiver um grau mais exigente político, pode continuar a pensar que o problema subsiste.”*

Entretanto entrou na sala o Vogal Joaquim dos Santos Abreu.

Vogal Manuel António Coimbra:

*“Muito obrigado Sr. Presidente. Serei muito breve nos assuntos que quero levantar. Primeiro, a questão do saneamento; como já aqui afirmei várias vezes, eu acho que devia ser uma prioridade, para este Município, a cobertura do Concelho com saneamento - e isso sem ser à custa dos mais desfavorecidos.*

*Segundo ponto; queria agradecer os presentes com que fomos mimosados no início desta Sessão: com o calendário, com a medalha, com o livro. Gosto muito da medalha; quanto ao livro - gosto da apresentação; verei o conteúdo, terei muito gosto em o apreciar e dizer a minha opinião daqui a uns tempos.*

*Já agora que estamos em maré de agradecimentos e de presentes - também gostei muito do presente do Concerto de Aquisição do Teatro Aveirense; foi uma cerimónia bastante digna, agradável, com um bom concerto a mostrar que temos bons executantes de música e temos público que os possa ouvir e que os saiba ouvir.*

*Outro assunto: fico contente como já esperava, pela não incompatibilidade das funções que o Sr. Gaspar Albino e o Sr. Victor Martins exercem ao nível da autarquia. Eu já o sabia, e o bom senso o diz já há muito tempo, que não haveria incompatibilidade nenhuma. Agora finalmente temos a certeza, e portanto estamos todos neste momento de acordo com isso.*

*Por último, eu gostaria de apresentar uma moção a esta Assembleia, que passo a ler:*

«Moção - A Assembleia Municipal de Aveiro, reunida no dia 26 de Fevereiro de 1999, manifesta o seu descontentamento pelos excessos de linguagem e adjectivação insultuosa utilizados pelo Dr. Alberto Souto de Miranda que, na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, se dirigiu publicamente, em artigo de opinião publicado no dia 7 de Janeiro de 1999 no Jornal “Diário de Aveiro”, a um Membro da Assembleia Municipal de Aveiro».

*Esta moção é subscrita por mim próprio e pelos elementos da minha bancada.*

*No referido artigo (e para fundamentar a moção), quero dizer que o visado foi apelidado de “mediocre”, “infame”, “sem estofo político para saber fazer oposição”, “fazedor de safadezasitas do insulto pessoal”, “não saber assumir a cátedra da política séria e de recorrer a expedientes falhos de nobreza, mais próprios dos incompetentes de espírito”, “incompetente de espírito”, “fazedor de análises ocas e de fundamentação bacoca”, “de confrangedora incapacidade, para perceber o discurso político”, “com baixo nível de método e inépcia”, “três vezes incompetente”, “fazedor de crônicas”, “fazer-se de atoleimado”, “de delírio analítico”, “escrevinhador de dislates”, “mentiroso”, “de insinuações malévolas”, “capcioso”, “caluniador”, “pateta”, “afã ignominioso”, “deturpador de factos e de frases”, “de infamantes apodos”, “mau perdedor no jogo democrático eleitoral”, “com os silogismos primatas”, “autor de um textito calunioso”, “rematado incompetente político”, “com vileza de métodos e a tibieza dos seus recursos políticos”, “com clarividência política de brita atingiu o paroxismo do despautério”, “preferiu a traçoeira golpaça da baixa política”, “incontinente verbal”, “lançador de vilanias medíocres”, “de postura ética reprovável”.*

*Não é próprio de um aveirense este discurso, Sr. Presidente! Nem de um cidadão qualquer, nem muito menos de um Presidente da Câmara, no exercício das suas funções. E é porque usou o nome, de Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, que este assunto é levantado aqui, por mim, nesta Assembleia. Se não o tivesse usado, se tivesse sido o Dr. Alberto Souto, a responder no jornal, num artigo, condenava-o somente como cidadão - e talvez não fosse aqui a Assembleia o local próprio. Assim, é aqui que o faço e peço a solidariedade aos meus colegas de Assembleia, para a aprovação desta moção, no sentido em que este discurso, não se repita nunca mais no nosso município.*

*Sr. Presidente para que fique em acta, eu gostaria de entregar na Mesa, uma fotocópia do texto que deu origem à crónica do Sr. Presidente da Câmara e também ao texto de resposta do visado ao Sr. Presidente da Câmara, assim como a crónica do Sr. Presidente da Câmara, como é óbvio.”*

(Os documentos entregues na mesa, foram distribuídos a todos os membros da Assembleia que o solicitaram e faz parte do original desta acta em anexo).

Entretanto entrou na sala o Vogal João José Ferreira da Maia.

Presidente da Mesa:

*“Está feita a intervenção, penso que o principal desígnio do orador é mesmo fazer a intervenção, quanto à moção em si, terá um tratamento no fim do período de antes da ordem do dia, terá o tratamento regimental adequado, que passa por ser ou não ser admitida - terá que ser por consenso unânime; veremos isso.”*

Vogal João Barbosa:

*“Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente da Câmara. Vou começar por falar no protocolo autárquico, por que me apercebi logo ao princípio, que se falou aqui no protocolo autárquico e chamou-me à atenção, haver uma pequena diferença (e acho que bem), entre os Presidentes líderes de bancada e os outros deputados. Acho bem, só que temos vindo a assistir, ultimamente em que a Câmara tem feito diversas organizações, onde convidam sempre os líderes de bancada e tem se esquecido, pura e simplesmente e constantemente dos Presidentes de Junta.*

*Sr. Presidente da Câmara, faz este mês um ano, que eu ofereci a todos os membros da Câmara de Aveiro, um regulamento, ou protocolo autárquico, para que todos ficassem a saber alguma coisa disso. Bem, não ligaram, tudo bem!*

*Começava por falar numa atitude, que a Junta de Freguesia teve, que foi a sensibilização para a limpeza das ruas. E eu aproveitava - visto que foi uma sensibilização com sucesso - para pedir e sugerir à Câmara, que fosse feito um estudo para a colocação na via pública, como exemplo, à volta das árvores, de recipientes removíveis, onde os cães pudessem ser levados a fazer as suas necessidades.*

*Segundo, gostava de falar no trânsito e chamava à atenção, que na hora de ponta e não só, é quase impossível transitar nas ruas da cidade. Isto tudo devido, muitas vezes, a estacionamento que se fazem na segunda linha. Ou mesmo tempo, e falando no trânsito, chamava e pedia à Câmara, que seria necessário quanto antes, procederem ao estudo do regulamento de cargas e descargas. E também no trânsito, eu pedia ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. Vereador do trânsito, que mandasse ver o estacionamento que existe, por cima do parque das feiras, porque as pessoas não podem quase transitar no meio do parque, devido à falta de terra e com buracos muito grandes. É mesmo impossível quase andar lá.*

*Por último, eu chamo à atenção, e pedia a sensibilização do Sr. Presidente da Câmara, que isto é importante: nós continuamos a assistir a roubos atrás de roubos, em pleno centro da cidade e a casas comerciais e ao mesmo tempo muitas vezes a prédios urbanos. E nós temos a consciência de que tudo isto acontece, pela falta de policiamento. E nós constantemente ouvimos e lemos nos jornais, diversos autarcas a reclamar a falta de policiamento. E nós sabemos que em Aveiro, os polícias são poucos, anda um ou dois carros a patrulhar, quase o conselho todo. Eu pedia ao Sr. Presidente da Câmara, que fizesse ouvir a sua voz e também a pedir mais polícias para Aveiro. É tudo Sr. Presidente.”*

Entretanto entrou na sala o Vogal Pedro Machado Pires da Rosa.

Vogal Clara Ribeiro:

*“Muito obrigado Sr. Presidente. Eu vou ser breve. Foi com muita alegria, que vi plantar os candeeiros na Av. Artur Ravara. Mas queria perguntar ao Sr. Presidente, se os candeeiros vão ser camuflados, se vão ser pintados, ou se vão manter aquela cor, que combina muito bem com o gradeamento verde do Parque? Realmente eu penso que vai dar boa luz, mas durante o dia vai ferir os olhos, de quem passa por lá. E eu só gostava de saber se a cor continua ou se realmente vai ser alterada? Muito obrigada.”*

Vogal Jorge Nascimento:

*“Sr. Presidente, a vinda aqui, novamente, de municípios a esta Assembleia, pode à primeira vista ser motivo para que nos rejubilemos com esse facto. Mas há que interpretar qual é o sentido, qual é o motivo, porque os municípios aqui vêm intervir neste período de antes da ordem do dia. Seguramente não será, penso eu, pelo prazer de vir a esta Assembleia. Vêm aqui e nós vimo-lo, em atitude desesperada de protesto e descontentamento - não contra esta Assembleia - mas contra o Executivo.*

*Já estou aqui há sucessivos mandatos e devo dizer que neste, já vieram aqui mais municípios, do que em três ou quatro, anteriores mandatos. Isto não deixa de ser sintomático. E de facto, a problema trazido aqui, há que reconhecer que a Câmara fez alguma coisa com aquela deliberação sobre isenções. Mas fez pouco! Já aqui foi dito que fez pouco. E os municípios, têm a noção de que fez pouco - e eu acho também que a Câmara fez pouco; e uma senhora que aqui interveio, da qual eu apreciei muito o seu discurso e até, de certa maneira, devo dizer que fiquei envergonhado - como é que em tantas sessões, em que já se referiu este problema, nunca aqui vogal desta Assembleia teve a inteligência e o brilho, de vir aqui tão singelamente, como a senhora, dizer: nós Sr. Presidente, queremos que o senhor nos diga, como é que fez essas contas, para nos querer oitenta e cinco contos a título de taxa de saneamento. Isto Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, é o mais elementar que um cidadão pode exigir. É dizer a que título, é que querem o suor do meu trabalho, do trabalho de cada um; porque é dito e bem, que taxas de saneamento de oitenta e cinco contos, representa para muitos dos pagadores mais do que eles vencem num mês.*

*É importante que a Câmara - e eu faço isto já sobre requerimento - que a Câmara traga a esta Assembleia, qual é o critério porque estabelece essa taxa? E quais foram os parâmetros concretamente definidos, de como chegou a esse valor? E mais: qual a componente com participação no Estado, nas taxas de saneamento? Portanto, eu*

requeiro à Mesa, que a Câmara traga a esta Assembleia, para nossa informação e para informação dos munícipes em geral, a demonstração dessa taxa. Isso é o mais elementar - direito à informação; e se a Câmara quer realmente abrandar a contestação, tem de convencer os destinatários das decisões que toma, que elas são justas. Porque só se entende o estado de direito, com decisões e deliberações justamente tomadas, quer dizer, que gerem o convencimento dos destinatários.

Segundo ponto; a bancada do Partido Comunista, trouxe a esta Assembleia a notícia, para mim - grata, e penso que para todos nós, de que afinal os órgãos judiciais, decidiram arquivar os processos movidos pela mesma bancada. Devo dizer, que para mim não foi novidade, porque sempre tive esse entendimento. Até devo dizer que estranhei, quando aqui foi trazido o problema (não partilho nesta parte do entendimento do Sr. Presidente da Mesa), até estranhei como o problema aqui foi posto; é que o problema foi posto aqui, sob a marca de que as pessoas e particularmente os membros desta Assembleia, não são sérios. Ao levantar-se o problema, põe-se o problema de que as pessoas não agem com seriedade, porque nunca aqui foi posta a questão, em termos de os membros da Assembleia, votarem as decisões em que seriam interessados ou os membros do Executivo, negociarem consigo próprios, fornecendo e aprovando deliberações. Aí sim, haveria falta do mínimo ético. O Sr. Presidente da Mesa disse e muito bem, que é de um indivíduo não deitar foguetes e apanhar as canas, quer dizer, participar da vontade e da contra vontade. Portanto, exprimir as duas vontades que são necessárias para um contrato. Não, o que foi posto aqui, é que um indivíduo pelo facto de pertencer a um órgão de um município, não poderia e estaria em condições de inelegibilidade, se por acaso, negociasse com o município, quando o município era representado por outro órgão de que ele não faz parte. Isso é admitir que as pessoas não são sérias. E é até, ir contra aquilo que é o sentimento generalizado: pois passa pela cabeça de alguém, que pelo facto de se estar aqui nesta Assembleia, nesta Câmara, o indivíduo pode exercer alguma influência na Câmara? É pôr em desconfiança a seriedade do Órgão Executivo e a seriedade deste Órgão, o que é a todos os títulos - a meu ver, absolutamente inadmissível. Eu tenho muita consideração pessoal (ele sabe muito bem), pelo Sr. Salavessa, mas já reprovei a atitude também contra o entendimento do Sr. Presidente da Mesa, quando o problema aqui foi trazido, e o Sr. Salavessa nessa sessão teve a hombridade e a seriedade e a honestidade, de reconhecer que não foi uma forma, digamos, leal - foi a lealdade que aqui foi posta na altura em causa.

O Sr. Presidente da Mesa disse: “é apreciável a lealdade de quem trás aqui o problema”. Eu disse: lealdade assim ... essa não! A meu ver é punhalada, que é precisamente o reverso da lealdade. Porque eu recordo, na altura - quando o problema aqui foi trazido, não são problemas jurídicos, são problemas para tirar vantagens políticas ou dividendos políticos dessa questão, mas foi explorado nesse sentido - tem de se dizer, o Sr. Salavessa trouxe aqui o problema preparado, de chofre, contra alguém, de forma surpresa, que de forma surpresa o recebeu e que não tinha de modo nenhum, a preparação e o estudo cuidado, que o problema devia ter e teve seguramente por quem o apresentou; portanto, toda a gente sabe que estes problemas, quando se tratam têm de ter o mínimo de estudos. Portanto, o apresentante, obviamente, estudou o problema, apresentou-o de surpresa e contra alguém que necessariamente não estava preparado. Portanto, não houve lealdade.

E agora, nesta sessão, se não houve quanto a este assunto lealdade, também não é de apreciar o ter trazido o problema em primeira mão. Porquê? Porque como o Sr. Presidente da Mesa, sabe muito bem - melhor do que eu, estas decisões são notificadas a todos os intervenientes e foram-no: o Sr. Salavessa sabia que todos tinham sido notificados, no entanto dá-se o caso anormal, de os visados só agora terem tido esse conhecimento, porque só agora a carta lhe chegou à mão, porque porventura houve algum desvio de notificação. Mas sublinho isto: normalmente essa notificação, teria chegado à mão dos visados ao mesmo tempo que chegou à do Sr. Salavessa. Não é de salientar, também não é de reprovar o facto de vir aqui trazer em primeira mão, porque afinal pensaria ele que já estaria na mente dos destinatários.

Portanto, o Sr. Presidente focou e bem que há um mínimo ético, que se fixa para as normas jurídicas, tem essa informação. No aspecto político há outras vertentes a ter em consideração. Mas isso já foi aqui sobejamente dito, que no caso, o problema também não merece qualquer censura do ponto de vista político - nenhuma! Porquê? Pela razão por mim já dita e avançada, que não perpassa, pelo menos pela minha ideia não passa e penso que pela dos vogais desta Assembleia geral também não, que o facto do indivíduo ser vogal de uma Assembleia, tenha alguma influência ou possa exercer alguma pressão, sobre o Executivo, com quem normalmente se fazem os contratos de aquisição que estiveram aqui em causa. Tenho dito, Sr. Presidente.”

Presidente da Mesa:

“O nível ético que eu falo, é o nível ético colectivo, social, não tem nada haver com o mínimo ético subjectivo, pessoalizado, não tem haver. Daí que não me pareça, que o Sr. Salavessa, tenha posto em causa a seriedade das pessoas de quem se queixou.

Por acaso não gostei do estilo da intervenção, como na altura sublinhei. Mas cada pessoa tem a sua maneira de ser. De qualquer modo, penso que a frontalidade de trazer hoje aqui o problema merece lisonja, não é em termos de euforia de me pôr em pé a bater palmas. Porque se os visados, também foram notificados, mais ninguém foi - eu

*por exemplo não sabia, e podia vir a saber por portas travessas, e é-me agradável que seja o próprio queixoso a dizer, que a estrutura administrativa judiciária, disse que ele não tinha razão.*

*Quanto ao requerimento para a Câmara, sobre a fundamentação das taxas de saneamento, é correcta esta triangulação, embora seja estritamente formal, tal e qual como o pedido do Sr. Salavessa sobre o Plano de Ordenamento da Orla Costeira e da resposta da Câmara de Aveiro ao inquérito.”*

Vogal Armando Vieira:

*“Sr. Presidente muito obrigado. Boa noite meus senhores. Queria dizer também, a propósito das coisas que nos ofereceram: o livro obviamente ainda não vi, mas efectivamente esta medalha é bastante bonita - parabéns à Câmara e ao autor.*

*Depois quanto à questão que está aqui referida, quando ao Sr. Victor Martins, meu companheiro Presidente de Junta, e ao Sr. Gaspar Albino, é para mim motivo de satisfação o desfecho e outro não seria de esperar, tenha sido o que foi.*

*É lamentável que o Sr. Salavessa na sua intervenção tenha dito, “se não ocorrerem factos novos”, é lamentável que se lance novamente o anátema da suspeita, sobre quem trabalha para o bem comum, sobre quem tanto dá de si próprio. E penso que era bom, que se acabasse com este tipo de atitudes, que em nada dignificam os órgãos autárquicos e as pessoas dos órgãos autárquicos de Aveiro.*

*Posto isto Sr. Presidente, gostaria de falar sobre a questão do saneamento. Também não foi aqui referido, mas também a Freguesia de Oliveirinha, nomeadamente a população de Quintãs, apresentou um abaixo assinado à Câmara Municipal, embora de forma institucional, sem alardes públicos etc., mas estão lá as assinaturas - valem tanto como as de Aradas ou de S.<sup>ta</sup> Joana e também eu me solidarizo com as pessoas.*

*Efectivamente a taxa, Sr. Presidente, é um atentado, é uma violência e como sabe temos a situação caricata de em Quintãs, haver pessoas, que pertencendo ao lugar de Quintãs, por todas as razões e mais algumas: pela a sua pratica diária de vida, pela sua ligação à Comunidade, às festas, ao cemitério, etc.; residem do lado de Ílhavo, vão pagar uma taxa muito inferior da dos que residem do lado de Aveiro - e pertencem ao mesmo lugar (porque eles entendem que são todos do mesmo lugar).*

*É lamentável, e seria bom que houvesse uma atitude de correcção, uma atitude sensata de correcção, desta violência, porque há Câmaras na nossa zona muito próxima, logo contíguas, em que a taxa é precisamente metade ou ainda menos de metade: em Ílhavo é um pouco mais de metade. E então vai acontecer o seguinte; as pessoas vão ligar ao ramal de esgotos, construído em Quintãs pela Câmara de Aveiro, vão pagar o ramal à Câmara de Ílhavo que por sua vez, pagará à Câmara de Aveiro. Bem, é verdade que o município de Aveiro ou os Serviços Municipalizados de Aveiro, não serão prejudicados por esse facto - a taxa que receberão será igual, no entanto o popular, o cidadão que vive do lado de Ílhavo pagará muito menos, que o cidadão que vive do lado de Aveiro, na mesma estrada. Isto deve também fazer reflectir a Câmara, e como disse nós apresentámos em tempo oportuno um abaixo assinado (não me recordo quantas assinaturas tinha), mas levantando esta questão para além de eu entender que na questão dos benefícios para os agregados familiares, mais carênciadas, eu penso que é extremamente apertado o controle e não contempla situações de claras dificuldades económicas, de pessoas que por terem umas courelas de terra e uma casa muitas vezes velha, já não são contempladas. Eu acho que não deveria ser assim, isto deveria ser analisado caso a caso e não por uma bitola qualquer, que muitas vezes é falível e provoca injustiças. Daí Sr. Presidente, o meu apelo, para que seja revista de uma vez por todas esta situação, para que não se torne - como dizia o Sr. Salavessa, e bem: numa teimosia que não fica bem num regime e num sistema democrático. O povo deve ser ouvido e por mais custos que sejam imputados a cada um dos ramais, eu que conheço um ramal, sei o que está num ramal - porque já vi executar muitos ramais, tenho a consciência de que um ramal, em termos de custos, não custa nem de longe aquilo que é cobrado a quem deles necessita.*

*Depois Sr. Presidente, falámos aqui muito de prendas e falámos de coisas bonitas, falaram aqui de lagos, falamos de obras que embelezem; eu devo dizer-vos que gosto muito de ver cidades bonitas, coisas bonitas - arte; mas por contra ponto a essa situação, provoca em mim maior sentimento de felicidade, ver as pessoas felizes. Sem descorar como disse que gosto muito de ver coisas muito bonitas e sou um curioso do urbanismo, da qualidade urbana e realmente da arte nos meios urbanos que infelizmente nem sempre ou muito dificilmente chega aos meios rurais. Isto a propósito de quê? Eu posso fazer uma visita guiada, com os senhores, nomeadamente na minha freguesia, que é tida como uma daquelas onde não há situações sociais, mais graves, mas também as tem. Terá menor número do que algumas outras, mas também tem situações sociais graves e algumas delas muito graves. O Sr. Vereador Jaime Borges, tem em poder dele uma fotografia que há dias lhe mandei, de uma situação, entre outras - aquela serve para mostrar muitas outras - uma situação extremamente indigna de todos nós. De extrema degradação, do meio em que se vive: um casal jovem, quatro crianças ... como é que é possível viver nos tempos que correm? Eu não posso ser feliz, Sr. Presidente! Eu não posso ter a minha consciência tranquila, ao ver aquelas situações. Fico preocupado, sofro muito por ver aquilo e não ter capacidade, para resolver situações como aquelas. Então eu entendo que a nossa responsabilidade primeira, deve ser investir fortemente na dignificação da pessoa humana e isso passa obviamente, para criar condições de habitação, com o mínimo de dignidade e de*

*conforto. E por isso apelo ao bom senso, à humildade, à solidariedade de todos e de cada um de nós, para com aqueles que são nossos iguais e por questões de berço, capacidade ou contingências da vida, não têm de nós o apoio, que de nós esperam, quando continuamente falamos nos desfavorecidos da vida e no primado da pessoa humana, que podem contar connosco.*

*Eu tenho que dizer, meus senhores, e aqui um parêntesis, a classe política, está em acelerada descredibilização - podem crer! Cada vez menos, as pessoas confiam e acreditam nas pessoas que estão de alguma forma, participando na actividade política. Nós humildes Presidentes de Junta, também sofremos dessa suspeita constante, sistemática e em forte aumento. É desagradável para todos nós e mesmo para aqueles, passem a modéstia da afirmação, tenho fortes preocupações de carácter social; preocupo-me muito com a felicidade dos outros e o bem estar mínimo, das condições mínimas de dignidade. E depois no meio de tudo isto, também há pessoas que conseguem alugar barracas miseráveis, por meia dúzia de contos ou uma dúzia de contos. Eu não me sentiria bem com a minha consciência, se recebesse um tostão que fosse por uma barraca, é por isso meus senhores, preciso passar das palavras aos actos, é preciso em defesa da credibilidade da classe política, passarmos das palavras aos actos. É imperioso dignificarmos, a nossa função.*

*Só estarei de consciência tranquila, quando constatar que já não há no Concelho de Aveiro, situações que nos envergonhem, como aquelas que relatei atrás. Tenho dito.”*

Presidente da Mesa:

*“E disse bem! Essa sua preocupação nem tem caris político, tem caris humanitário.”*

Vogal Armando Vieira:

*“Sr. Presidente, permita-me fazer um apelo à Câmara: na medida em que a legislação o permitir - porque no meio de isto tudo a Câmara pode contribuir, investindo fortemente na construção de habitação social.*

*É uma coisa que eu me insurjo e digo-lhes: uma das coisas que me vai levar a deixar de ser autarca, é nós não termos a capacidade, é sermos considerados políticos da ralé e sem qualquer qualidade, pelo facto de não podermos candidatar-nos a programas de habitação social, sinto uma profunda revolta por não o poder fazer. Porque digo-lhes, se o pudéssemos fazer, nós éramos capazes de demonstrar como é que se constrói casas com condições de dignidade a preços baixíssimos; coisas que infelizmente nos concursos a que a Câmara tem que se submeter não consegue, e permitissem que nós o fizéssemos por administração directa. Posso-lhe garantir, que conseguiríamos fazer coisas muito bonitas e baratíssimas.*

*Por outro lado, deixe-me dizer-lhe, também deveria ser possível - e queria sensibilizar o Sr. Presidente, para a necessidade de fazer sentir, ao poder instituído, ao Governo, a quem de direito, que é preciso que haja legislação, que acabe de uma vez por todas, com a exploração vergonhosa dos mais fracos, dos miseráveis entre os miseráveis, por pessoas sem escrúpulos que mesmo assim conseguem cobrar rendas, que não sendo muito elevadas significam alguma coisa, de barracas miseráveis, onde, devo-vos dizer eu não gostaria de ver o meu cão.”*

Presidente da Mesa:

*“Acabou por focar também o problema da competência e da responsabilidade, os vários níveis de poder, o poder autárquico com as suas próprias graduações, e o Poder Central, o Regional, o Distrital, são problemas complicados.*

*Temos um ponto seguinte, que vamos aproveitar para “digerir” durante o jantar que é sobre uma comunicação da APA - Administração do Porto de Aveiro, que diz que se realiza no próximo dia vinte sete, um seminário distrital - O Euro e a Administração Pública, e o Porto de Aveiro como factor de desenvolvimento regional - em que vão intervir respectivamente, o representante do ministério das finanças - o Dr. João Paulo Martins de Almeida e o Dr. Raúl Ventura Martins - Presidente da Comissão Administrativa do Porto de Aveiro.*

*Há ainda um ofício da Câmara Municipal de Aveiro, sobre a Comemoração dos 25 anos do 25 de Abril.*

*«Tendo esta Câmara deliberado comemorar os 25 anos do 25 de Abril e no sentido de associar às respectivas comemorações uma representação dessa Assembleia Municipal, venho solicitar a V. Ex.<sup>a</sup>, que caso a Assembleia assim o entenda, indique os membros que a representarão na comissão que irá realizar o evento».*

*Sobre o 25 de Abril, há pontos de vista divergentes. Mas é uma data histórica nacional - 25 anos dessa efeméride, justifica que sejam assinalados e até porventura debatidas as distorções, os abusos, as inconseqüências do próprio 25 de Abril - em democracia será assim. Mas a tendência é para que esta data seja uma data maioritariamente festiva.*

*Suponho que seria correcto, que nessa comissão a Assembleia se faça representar por um membro de cada grupo parlamentar - é uma sugestão. V.Ex.as durante o jantar ponderarão isso, e depois poderemos abrir uma pequena discussão sobre isso.”*

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, seguindo-se o intervalo para jantar.

## 2.ª PARTE

Pelas 22.00 horas, foram retomados os trabalhos, presididos por Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário, João Pedro Simões Dias e pelo Segundo Secretário, Custódio das Neves Lopes Ramos, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Álvaro Patrício do Bem, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, António Ildebrando Nunes Costeira, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Jorge Carvalho Arroiteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Rogério Mário Madafl da Silva, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Santos Soares Machado, António Sousa Dinis Correia, Luís Miguel Capão Filipe, João José Ferreira da Maia, Diniz Marques, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Nuno Teixeira Lopes Tavares, Manuel Simões Madafl e Élio Manuel Delgado da Maia.

Retomados os trabalhos deu-se continuação ao período de antes da ordem do dia.

Vogal Britaldo Rodrigues:

*“Muito obrigado Sr. Presidente. O primeiro ponto que tinha aqui para focar, já foi em Parte tratado pelo Sr. João Barbosa, e dizia respeito à problemática dos crimes contra a propriedade, o problema de segurança que existe na nossa cidade. Segundo algumas interpretações tal situação resultará de haver agora maior policiamento na Cidade do Porto. Assim, verificou-se uma dispersão dos autores deste tipo de criminalidade.*

*Bom, eu só queria saber se pelo facto do Sr. Presidente da Câmara ter tão bom acolhimento junto do Governo, se seria possível, também aqui, pedir mais meios, para policiar esta cidade onde estávamos habituados a alguma paz, que está a ser alterada - e não por culpa dos aveirenses.*

*Em segundo lugar, quero dizer que, tenho apreciado muito uma acção que está a ser tomada em torno da protecção do Porto e da Ria de Aveiro. Devo dizer que no pouco tempo de existência da APA, tenho verificado preocupações em torno da Ria de Aveiro, que eu considero de citar e de louvar, nomeadamente a preocupação de apresentar aos políticos de várias cores o que se está a fazer; tentar criar aquilo que é denominada a possibilidade de termos um “lobby” político para defender os interesses da Ria de Aveiro - acho que é bastante importante, e eu quero daqui cumprimentar o Dr. Raúl Martins, por ter esta iniciativa. Quero dizer também, contudo, que para haver uma adesão e para se constituir um “lobby”, é preciso que as várias forças políticas se revejam minimamente nos projectos que são apresentados. Devo dizer que na maior parte do que li, tive a sensação de ver retratados os meus desejos - no entanto, não totalmente. Creio que na proposta para ser apoiada pelo quadro comunitário de apoio, não estaria nada mal, algo que se referisse a um estudo, só um estudo pelo menos para estudar a viabilidade de uma ligação rodoviária a S. Jacinto. É algo que nos últimos tempos o PSD, tem debatido e não vê lá ... e acho que para constituir “lobby”, é preciso o mínimo de consideração por todos, não é criar um “lobby” para todos irmos apoiar um, é criar meios para todos se apoiarem uns aos outros. Portanto, deixo esta sugestão ao Dr. Raúl Martins.*

*Seguidamente quero dizer, que penso não ser nada pertinente, politicamente continuarmos com dúvidas acerca do comportamento de dois membros desta Assembleia, depois de termos ouvido o que o tribunal disse sobre este assunto.*

*Eu já tive oportunidade em tempos de sinteticamente dizer o seguinte: preocupa-me bastante que se olhe para as pessoas que trabalham e que dão o seu esforço em algumas acções políticas, com alguma desconfiança constante. Nós estamos numa sociedade, que é uma sociedade aberta, uma sociedade de alguma forma liberal, em que a actividade privada tem de existir. E existindo a actividade privada, normalmente há interesses privados - é evidente, mas também muitas vezes são as pessoas que vivem estes problemas da actividade privada, que muitas vezes têm competência adequada para lugares públicos, para defenderem determinados tipos de situações, que pessoas que não passaram por elas, não são capazes de defender. E aquela desconfiança constante sobre qualquer*

*cidadão que se preocupa com a coisa pública, leva eventualmente, por vezes, a escolher pessoas que não são as mais competentes, porque não vivem os problemas reais.*

*E eu creio que de facto temos de preocuparmo-nos por exigir que nenhuma anomalia surja e que se ela existir, as pessoas sejam julgadas. Mas, afastar pessoas só porque têm experiência concreta dos problemas por exercerem actividade privada arriscando, muitas vezes, os seus meios financeiros, pode ser prejudicial para todos nós. É claro que, uma situação em que não houvesse nunca nenhuma hipótese de alguém estar ligado a uma actividade privada e poder participar numa actividade pública, só surgirá naturalmente num sistema político em que todos sejam funcionários. Compreendo que, da parte do Sr. António Salavessa, exista essa preocupação, coerentemente com a sua maneira de pensar, mas creio que esta preocupação não se deve alargar a uma sociedade como a nossa. E, felizmente e afinal, é o próprio Tribunal, que vem dizer que as actividades privadas dos dois deputados municipais visados não colidem com os interesses públicos.*

*Portanto, quero louvar e cumprimentar os colegas das duas bancadas - o Sr. Gaspar Albino e o Sr. Victor Martins - pelo facto de se reconhecer claramente que, muito bem, quiseram permanecer aqui. É que eu sei, que eles chegaram a pensar em não se sujeitarem à situação com que se viram aqui confrontados e abandonarem esta Assembleia. Mas permaneceram - muito bem - os meus cumprimentos. De facto a justiça chegou.*

*Depois queria ainda dizer, que apoio as preocupações manifestadas pelos munícipes que aqui apareceram. Eu devo dizer contudo, que com certeza há que haver alguma distinção; haverá nestes problemas de saneamento que se está a instalar, muito possivelmente pessoas que de facto precisam de apoio social, para não terem de pagar verbas demasiadamente elevadas devido às obras que se realizaram.*

*É evidente que o preço nunca poderá ser real. O cidadão, por alguma razão já paga taxas, paga contribuições, paga impostos; portanto, depois quando alguém lhe faz uma obra, não deve ir buscar-lhe o preço real da obra. Mas no entanto, haverá situações em que alguém devia pagar menos do que outros que têm mais disponibilidades; é evidente que se na inscrição da verba no orçamento de 1999 - para acções de âmbito social, as verbas que lá estivessem fossem um bocado mais alargadas, talvez aqui se pudesse considerar a hipótese de através daí evitar pagamentos exagerados a pessoas que não o podem fazer. Mas de facto e enfim, contra os nossos votos, foi aprovado esses orçamento e portanto, é isso que temos. E portanto, com este orçamento, com a impossibilidade que a Câmara tem neste momento de ultrapassar esta situação, o que nós estamos a dizer é que cada vez mais as preocupações sociais vão diminuindo neste Executivo, apoiado pelo PS, do qual esperávamos grandes preocupações sociais que não se verificam; o que nós estamos a ver é que o Partido Socialista que inicialmente era vermelho, agora já se apresenta cor-de-rosa, qualquer dia está amarelo e aí sugiro que em vez de cantarem a “Internacional Socialista”, comecem a cantar a “Rosinha dos Limões”. Muito obrigado.”*

**Vogal Filipe Brandão:**

*“Sr. Presidente da Assembleia. Sr. Presidente da Câmara. Srs. Vereadores. Caros Colegas. Começaria a minha intervenção, por uma saudação muito especial para o Sr. Vereador Eduardo Feio, a quem, enquanto amigo, aproveito o ensejo, para o saudar pela sua recente paternidade.*

*Uma saudação também ao Sr. António Costeira - Presidente da Junta de S. Jacinto, que se junta a nós nesta sessão e a quem desejo as maiores felicidades no desempenho das suas funções, não só enquanto membro da Assembleia, mas sobretudo, enquanto Presidente da Junta da Freguesia de S. Jacinto.*

*Finalmente, uma saudação também aos Sr. Gaspar Albino e ao Sr. Victor Martins, a quem pessoalmente manifesto o meu agrado e a minha simpatia, com que recolhi a notícia de que jurídico-formalmente, foram dissipadas quaisquer suspeições menos abonatórias às suas pessoas, sendo que do ponto de vista pessoal e político elas, devo dizer, jamais pairaram sobre os ilustres membros da Assembleia.*

*Devo estranhar a intervenção do Prof. Britaldo, porquanto passou perfeitamente à margem de uma moção que foi entregue à Mesa e que, ao que creio, está em discussão e que tem como principal ponto e incidência a sua própria pessoa. Não creio e manifesto a minha estranheza, por o Prof. Manuel António ser muito amigo do Prof. Britaldo, ao trazer este assunto à colação hoje a esta Assembleia, porque nos termos em que o faz, parece apoucar o Prof. Britaldo. E devo dizer, relativamente aos artigos que vieram a público, eu pessoalmente e penso que os senhores, todos os presentes, já me vão conhecendo, não subscreveria o teor de nenhum. E quando digo de nenhum, obviamente do Prof. Britaldo e também não subscreveria obviamente o escrito do Dr. Alberto Souto. Porém, que ninguém se arvore em virgem pudica, porquanto, como o Prof. Britaldo bem sabe, o que se verificou relativamente ao artigo que o Dr. Alberto Souto publicou foi apenas a devolução em dobro, do que havia sido prestado em singelo pelo Prof. Britaldo. Não haja sobre isso a menor dúvida. E mais; o Prof. Britaldo e o Dr. Alberto Souto - e permitam-me a alegoria, fizeram-me lembrar nesta questão, a história do garotinho que pega num pau e que se põe a cotocar o leão e acha piada e o leão não se mexe e volta a cotocar, e às tantas o leão manda uma patada e a criancinha fica ferida. É obvio que isto é uma alegoria, porque nem o Prof. Britaldo é uma criancinha, nem o Dr. Alberto Souto é um leão.*

*Mas a questão que incide sobre esta matéria, é que houve de facto uma disputa através dos meios de comunicação social - mais do que uma disputa, uma verdadeira polémica, entre duas pessoas. E é por isto que eu interpelo o*

*Prof. Britaldo de uma forma clara e inequívoca, esperando que sobre isto se manifeste; das duas uma - ou o Prof. Britaldo aceita e exige colocar-se numa relação de paridade com o Sr. Dr. Alberto Souto e portanto, assume os seus escritos, responde como entender e aceita as respostas que lhe são dadas; ou então aceita colocar-se numa posição de menoridade, de quem se apouca e deixa vir a terreiro, terceiros tomarem as suas dores enquanto, a querer seguir esta posição, manifestamente, deixa de estar numa relação de paridade com o Dr. Alberto Souto. Eu sinceramente, gostaria de ver o líder da oposição, numa relação de paridade com o Dr. Alberto Souto.*

*Portanto, para finalizar, eu gostaria de interpelar o Prof. Britaldo no seguinte: o Prof. Britaldo subscreve a moção e quer que ela seja votada, aceitando assim que terceiros assumam a defesa da putativa da sua honra, pertencente ofendida, ou então rejeita liminarmente esse tipo de falso apoio - devo dizer-lhe; V.Ex.a não sai reforçado ou sequer credibilizado com este tipo de iniciativas ou então adopta exactamente a atitude inversa assumindo os seus inscritos aceitando, porque de facto a questão que se coloca, que possa receber em termos qualitativos, porém eventualmente, não quantitativos os ataques que desfere e portanto assume a polémica política (e assumir a polémica política, envolve obviamente, reivindicar responsabilidades, mas também arcar com as responsabilidades). Muito obrigado.”*

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

*“Secundando a intervenção do Deputado, Sr. Filipe Neto Brandão, na parte que respeita ali ao Vereador Eduardo Feio, devo dizer que ele está com um problema acrescido, porque a rapariga faz anos praticamente quando eu faço ou vai passar a fazer.*

*Quanto ao episódio da troca de artigos na comunicação social, ele situa-se algures no início do ano novo. Penso um pouco como o Dr. Filipe Neto Brandão, que o assunto, até pelo que se viu hoje no início desta Assembleia, não deveria ser aqui trazido; não há nada que o justifique, penso, trata-se de um degladiar de posições entre duas pessoas idóneas, fizeram-no pelos meios da comunicação social, não tem haver com os órgãos autárquicos, fizeram-no no sítio e pelos meios próprios, à moda própria. E nessa circunstância, devo dizer que ainda há pouco comentava ao Prof. Manuel António que na parte que me toca e uma vez que venha a ser proposta a moção e seja admitida à discussão, não poderei deixar de dar a minha verdadeira opinião sobre a primeira pedra. A primeira pedra foi do Prof. Britaldo Rodrigues e não gostaria de ter que o fazer. As pessoas leram o artigo, hoje quem quis pediu as cópias, não sei pessoalmente como reagiria se alguém, ao fim de um curtíssimo tempo de mandato e mal me conhecendo, me chamasse “incompetente” me convidasse a “demitir-me” e me comparasse com “Salazar”; com certeza teria sido muito mais dura do que foi o Sr. Presidente da Câmara. A uma pedra dessa natureza, eu não mandaria apenas um pedregulho. Não gostaria de fazer mais comentários em relação a isso e penso que o início da Assembleia foi até demonstrativo de que o assunto foi encerrado pelos dois, penso. E que ninguém se deve arvorar o direito de o trazer aqui. Lembro que a Assembleia começou com uma intervenção do Prof. Britaldo, a propósito de uma correcção de acta e recorde o sorriso do Presidente da Câmara ao mesmo tempo que ele próprio sorria, portanto não penso que haja aqui qualquer espécie de animosidade maior, não penso que devamos ser nós a cultivá-la.*

*Agora, só uma acheiga em relação a outras intervenções, sobre pressões que aqui foram trazidas. Eu escuso-me de dizer qual é a opinião que tenho, sobre os casos dos Srs. Deputados Municipais, portanto, Presidente de Junta e Deputado Municipal e a questão do Sr. Salavessa - já uma vez a disse, assumi a absoluta defesa de ambos, assumo também a do Sr. Salavessa; porque de modo nenhum o Srs. Salavessa foi incorrecto. Não devemos nenhum de nós ter o receio de levantar questões; isso também não é correcto e não é justo, sob pena de cada vez, neste caso não era o caso, mas cada vez que o seja, ele ficar escondido - não será correcto também.*

*O Sr. Salavessa exerceu um direito pleno, exerceu-o de forma serena - na altura teve aí uma frase mais infeliz; houve um reparo - aceitou o reparo, portanto, não penso também que se deva ser extremamente crítico em relação à posição, que é perfeitamente normal e de exercício de um direito perfeitamente democrático por parte dele. A única censura, digamos assim, foi a que fiz na altura - valia a pena, ter posto a questão primeiro aos próprios e à Mesa; parecia-me mais cordial.*

*Relativamente aos animais domésticos, é um assunto a que penso voltar, não porque esteja na moda as mulheres de Aveiro falarem em questões de defesa dos animais, mas porque penso que é um problema com que vivem as diversas autarquias e que no caso de Aveiro e em particular no caso dos animais domésticos deve ser levado efectivamente em consideração. São coisas muito custosas, o Sr. Presidente da Câmara é uma pessoa que viveu em Bruxelas, e em Bruxelas são exemplares a esse nível. A nível dos animais domésticos, mais propriamente a maioria que são os cães e os gatos, têm de facto um sistema de tratamento e recolha dos resíduos dos animais, exemplar a todos os níveis. E o prolongamento da Cidade, e o que preocupa é que se nas partes velhas das cidades isso já não é possível fazer-se, implantar-se nas partes novas deve efectivamente ser pensado, porque é uma questão de saúde pública e é uma questão, que logicamente preocupa também quem tem os próprios animais, porque não sabe o que é que há-de fazer com eles. Lá fora, como todos sabemos, existem recipientes próprios, mas não apenas isso: sistemas de recolha próprios, indicativos próprios, tudo mais que cá não existe - nem em Aveiro, nem, tanto quanto sei, em lado rigorosamente nenhum. Mas mais preocupante do que isso, é toda a questão relativa ao modo como*

*em Aveiro são tratados os animais domésticos: a nível de vacinação e a nível de abate. E como os armazéns gerais, onde penso, funcionavam os serviços veterinários, vão sair dali; a questão que se põe é de saber o que é que a Câmara está a fazer em paralelo a este nível de criação de novos serviços, ponderando situações paralelas àquelas que aqui hoje nos apareceram; como seja por exemplo a das pessoas reformadas e sem dinheiro, que têm por única e exclusiva companhia animais que precisam de ser vacinados, precisam de ser tratados, precisam de ser desparasitados. Isso é um Serviço Público que deve ser bem regulamentado; as taxas existentes a esse nível no próprio município, estão completamente desactualizadas, há que fazer nova regulamentação, pensar fazê-la, e espero que no fim quando o Sr. Presidente tiver direito à palavra, não aconteça que o Dr. Candal tenha que dizer dali, está tudo a ser pensado. E mais não digo.”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“Muito obrigado Sr. Presidente. Reportando-me à intervenção imediatamente antes da minha, tentando realmente o que não é a minha responsabilidade, fazer alguma brincadeira, dizer que realmente há gente que desperdiça as suas capacidades em defender os fracos e os oprimidos e algumas causas perdidas. E isto porquê?*

*Porque quando aqui é dito, que alguém desta Assembleia - Deputado Municipal; ou Deputado Delator, como na altura foi chamado; e a propósito começa a sua intervenção nessa altura, nessa reunião, dizendo: “que o cumprimento da legislação em vigor”, “que a transparência dos órgãos autárquicos”, “a completa separação entre o interesse público e a prossecução de interesses privados”, “as mãos limpas e o estar a cima de qualquer suspeita de aproveitamento pessoal dos cargos públicos, são valores que norteiam, tá tá tá tá... e os seus amigos”. “Foi à luz destes e de outros valores, que o PCP tem procurado pautar a sua actuação”. São estes mesmos valores e relembro a transparência, as mãos limpas, a prossecução de interesses privados, versus, desempenho de cargos públicos, que levaram na altura o Deputado do Partido Comunista Português, a promover nesta Assembleia um episódio, que certamente Aveiro não esquecerá, ou se calhar até esquecerá muito mais rapidamente do que aquilo que os intervenientes podem pensar. E esquecerá porquê? Primeiro, porque é justo que esqueçam, quando falamos de gente com provas provadas na vida cultural, social, na vida de Aveiro. É justo, por esses, que Aveiro esqueça o mais rápido possível este episódio negro, daquilo que é a sua democracia. É se calhar injusto por outro - que Aveiro por arrastamento também esqueça quem promoveu, em nome das mãos limpas que tal episódio, acontecesse no seio de uma Assembleia Municipal, que sempre decorreu sobre a égide de uma democracia, de que Aveiro se orgulha de ser mátria ou pátria como dizia o nosso Presidente da República.*

*Assim, com este arquivamento, há mãos que realmente ficam limpas - quatro; duas do Sr. Gaspar Albino e duas do Sr. Victor Martins, mas também é em nome dos valores das mãos limpas que posso aqui assegurar, que há duas que ficam menos limpas; as do Sr. Salavessa.*

*Em segundo lugar eu gostaria de dizer, que me parece extremamente pouco para o líder da situação - Dr. Filipe Neto Brandão - numa altura de algum interregno na vida política municipal deste Concelho no que concerne à Assembleia Municipal, parece-me, dizia, extremamente pouco, que um líder de uma situação, paute a sua intervenção nesta Assembleia, apenas e só, por uma defesa pouco leonina de alguém, que eu tenho a certeza já não ser propriamente uma criancinha e de outro alguém, que cada vez mais tenho a certeza de não ser um leão. Parece-me efectivamente pouco! Tantas obras, tanta evolução, tanto progresso, tanta visita, tanta coisa para exortar, e a intervenção do líder da situação resume-se a isto! Sinceramente já nos habituou a mais; sinceramente, hoje, realmente porque há alguns motivos para isso, eu esperava mais da intervenção do líder da situação.*

*E já agora deixem-me que vos diga, que acho inútil o tempo que aqui se está a perder a discutir este assunto. É óbvio que houve más educações; mas más educações há-as em qualquer lado e os intervenientes tratam-nas da maneira que entenderem mais conveniente; a sós, sem ser a sós, nos jornais, sem ser nos jornais, à Homem Cristo, ou à Alberto Souto (o antigo, o avô).*

*Esta maneira pareceu-me uma maneira mais à Homem Cristo. Mas sei que o Sr. Presidente da Câmara ou o Dr. Alberto Souto de Miranda, também é capaz de defesas de honra, mais à Alberto Souto avô. Esta não caiu muito bem porque nós todos sabemos que o senhor é capaz de mais e de melhor. E pronto, quanto a este assunto estará tudo dito e tudo encerrado.*

*E eu traria agora alguns assuntos concretos, se calhar não como líder da oposição, mas como um singelo elemento dessa mesma oposição a que actualmente me orgulho de pertencer e que acho que são pontos que devem ser focados nesta reunião da Assembleia e neste Período de Antes da Ordem do Dia, porque foram compromissos assumidos por este Executivo na altura da discussão dos referidos assuntos - e passava a enumerar: Aveiro Basket - balancete trimestral; foi aqui pedido por mim ao Sr. Presidente da Câmara, na altura em que nós da bancada do Partido Popular, pusemos como condicionalismo para aprovação da participação da Câmara na Sociedade Aveiro Basket. Foi aqui pedido por mim, que fosse hoje aqui apresentado. Hoje em Fevereiro, três meses após, uma imagem ou um balancete trimestral da evolução dos resultados nos primeiros três meses (já sei que ele não existe ou se existe, está escondido; mas também já sei que se calhar a situação não é aquela que este Executivo pensaria poder conseguir ao fim de três meses de acção). Se calhar vão-me dizer que três meses é pouco - mas eu respondo: o compromisso aqui assumido pelo Sr. Presidente da Câmara foi de nos trazer ao fim de três meses, alguma*

*evolução dos resultados económicos da Sociedade Aveiro Basket, já que infelizmente os resultados desportivos são por todos nós, sobejamente conhecidos e não são os mais famosos. E por isso, a minha dúvida. Se mesmo quando os resultados desportivos eram os mais famosos, os resultados financeiros ou económicos eram bons. Será que agora também o são? Qual é o passivo da Sociedade Aveiro Basket? Onde é que foi incorporado o dinheiro que a Câmara gastou a investir no Aveiro Basket? Estas eram duas perguntas que eu gostava de ver aqui respondidas, se para tal aqui houver dados.*

*Um outro compromisso, assumido pelo Sr. Presidente da Câmara - não para agora; mais para daqui a alguns meses, e este ponto que eu aqui foco é apenas e só, para lembrar para que daqui a alguns meses, não me seja respondido - não existe ainda!*

*Foi aquando da Sessão Extraordinária desta Assembleia Municipal, que reuniu para aprovar a compra destes terrenos, tão brilhantemente recordada pelo Sr. Presidente Carlos Candal ou pelo candidato supramunicipal, que era o novo Plano de Pormenor do Centro. O Sr. Presidente da Câmara disse que os estudos estavam a decorrer; o Sr. Presidente da Câmara disse que não iria querer que o loteamento avançasse com base em unidades operativas do PDM; Pergunto: se já existe alguma coisa? Ou se agora como à altura, ainda nada está no papel?*

*Em terceiro lugar, em relação ao passivo da Câmara Municipal de Aveiro. Gostava que claramente, hoje aqui, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, certamente na posse destes dados, nos dissesse: à altura em que assumiu o seu mandato, qual era o passivo da Câmara Municipal de Aveiro? Que nos dissesse hoje, dia 26 de Fevereiro, qual é o actual passivo da Câmara Municipal de Aveiro, isto para nós podermos avaliar da correcta utilização ou não - suponho que sim, do famoso empréstimo, que também esta Assembleia Municipal aprovou e deixou que a Câmara Municipal contraísse, para, lembre-se, pagamento para dívidas a fornecedores. E por falar em dívidas a fornecedores, gostava de saber quais eram concretamente e especificamente as dívidas a fornecedores em Janeiro de 1998 e quais são hoje - Fevereiro de 1999? Porque o que oiço, e certamente os Srs. Presidentes de Junta também e alguns de nós também ouvirão; o que ouço é que a situação não está famosa. E para que essas suspeições, não continuem a pairar sobre o Executivo Municipal, suspeições essas, diga-se, acredite-se ou não, não gosto que corram, não gostava antes, não gosto que corram agora. Gostava que o Sr. Presidente da Câmara nos elucidasse claramente, quais eram e quanto eram, as dívidas a fornecedores; se tiverem diminuído, parabéns pelo trabalho, as suspeições estão dissipadas.*

*Em quinto lugar, gostaria também Sr. Presidente, que a propósito da tão propalada reestruturação do organigrama da Câmara Municipal, até hoje nunca vista, se calhar nunca projectada, se calhar nunca posta em acção, nunca posta em campo, ou se calhar nada disto. Se calhar já está pronta e simplesmente não houve a coragem política, para implementar. Gostava Sr. Presidente da Câmara, que me dissesse quantos eram em Janeiro de 98, os funcionários da Câmara Municipal de Aveiro e quantos são em Fevereiro de 99, os funcionários da Câmara Municipal de Aveiro? Porque Sr. Presidente da Câmara, se entre Janeiro de 98 e tendo sido um dos seus pontos de batalha na campanha eleitoral a reestruturação dos Serviços da Câmara. Se em Fevereiro de 99, os efectivos na Câmara Municipal de Aveiro, forem maiores do que eram em Janeiro de 98 e se a reestruturação dos Serviços da Câmara, não está ainda em vigor, então Sr. Presidente da Câmara eu pergunto-lhe: da mesma forma que o senhor diz que não acredita muito em promessas eleitorais, eu pergunto-lhe, de algumas das suas promessas eleitorais esta é uma delas; que é feito dela, era para acreditar? Não era para acreditar? Está em vigor? Não está em vigor? É verdade ou é mentira que há hoje mais funcionários da Câmara Municipal de Aveiro do que havia em Janeiro de 98?*

*Terminava dizendo, é para mim grato voltar ao convívio com esta Assembleia, sempre na óptica de que os problemas desta Cidade e deste Concelho, se possam, também através da nossa acção, resolver de uma maneira mais eficaz e mais efectiva. Mas é também para mim pesaroso ou ingrato constatar, que de há três ou quatro reuniões desta Assembleia para cá, há um problema que não tem claramente denotado nenhum tipo de evolução - e isso é mau. O problema poderia existir, e continuar a existir um mês depois e dois meses depois, mas notar-se no percurso alguma evolução. O que nós notámos aqui hoje, foi novamente dois representantes de gente de duas Freguesias deste Concelho, que argumentam com os mesmos argumentos, que protestam com os mesmos protestos, que dizem as mesmas coisas ditas em outras reuniões anteriores. Inclusivamente, a Dr.<sup>a</sup> Eulália Queirós, disse que o ofício que receberam dos Serviços - o ofício 1409 - respondia, dando as condições de isenção já previstas que eles se calhar já conheciam; que aliás todos nós já conhecemos. Mas disse também esta senhora, e esta também foi uma pedra de toque desta intervenção, que claramente o que estava naquele ofício, ia até contra as preocupações denotadas pelo Sr. Presidente da Câmara, na reunião com estes munícipes. E o Sr. Presidente da Câmara é o Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados ou não é?*

*Então quer dizer: O Sr. Presidente da Câmara reúne enquanto Presidente da Câmara com os munícipes - neste caso de Aradas - e denota preocupações em relação a este assunto; e o Sr. Presidente da Câmara pouco tempo depois assina e despacha um ofício, enquanto Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, respondendo às mesmas pessoas, omitindo nesse ofício as preocupações que o seu próprio denotou tempos atrás. Este assunto do saneamento, é um assunto de carácter urgente, já o era há dois meses atrás, continua a ser agora. A evolução é zero! Sr. Presidente da Câmara, por favor, cale estas vozes, mas cale-as com a*

*justiça, que um antepassado seu já provou ser capaz de a pôr em cima da Mesa, também em Aveiro. Muito obrigado.”*

Vogal António Salavessa:

*“Recuso determinantemente, que haja uma tentativa de inversão da situação em que um elemento desta Assembleia, que pretende apenas que seja cumprido aquilo que pensa ser o seu entendimento da lei, pelo facto de recorrer ao Poder Judicial, para averiguar ou não da sua razão, passe a ser algo merecedor da condenação, por parte seja de quem for; muito menos nos termos em que pelo menos um dos elementos desta Assembleia o usou. Eu esclareço algumas questões que me parecem que são esquecidas ao longo da intervenção: eu não denunciei nenhum facto que não fosse conhecido e público, isto é, fazia inclusivamente parte das actas da Câmara Municipal. E esses actos, deram-me a convicção de que se tinha criado uma situação de inelegibilidade e que portanto, sendo já os elementos, membros da Assembleia, isso corresponderia à perda de mandato. Nunca estive em causa qualquer situação semelhante ou corrupção, nunca da minha boca saiu qualquer afirmação desse tipo. Mais, eu não movi nenhum processo, o PCP não moveu nenhum processo, contra estes membros. O PCP fez duas disposições ao Ministério Público da Comarca de Aveiro e foi este quem deu seguimento para o Tribunal Administrativo de Coimbra e que procedeu às averiguações. Mais, a magistrada do Tribunal Administrativo de Coimbra escreveu-me a pedir para eu aduzir provas complementares e prestar declarações, etc.; recusei-me determinantemente a fazê-lo. Este não era um processo do PCP ou do António Salavessa, contra os citados membros, mas sim uma informação ao Poder Judicial, de uma situação que a nosso ver era irregular e que por isso devia ter o tratamento ao nível do Poder Judicial. Mais, não foi o Tribunal quem decidiu, foi a Magistrada que decidiu arquivar - são duas coisas relativamente diferentes; e mais digo, por último, que apesar de discordar de parte substancial, das alegações da Magistrada, nós consideramos que do ponto de vista judicial, o assunto está encerrado. Do ponto de vista político não - nem nunca estará, porque continuaremos a estar atentos. Se não o quiserem assim paciência; continuaremos a estar atentos às situações em que possam ocorrer, distorções do que devem ser as relações entre os interesses públicos e os interesses privados. É assim que aqui estamos, é assim que vamos continuar a estar.”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“Vigilantes! ...”*

Vogal António Salavessa:

*“Vigilantes na defesa do interesse público, sim senhor.”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“Às vezes esquecem-se é de olhar é para o próprio umbigo.”*

Vogal António Salavessa:

*“Se tem alguma coisa a dizer, faça o favor.”*

Vogal Raúl Martins:

*“Muito obrigado Sr. Presidente. Como nós vemos isto está a ficar quase como no nosso Partido - está crispado! Há algumas pessoas permanentemente crispadas e o diálogo também está a atingir uma certa críspação, que aliás, parece que apareceu nesta cidade, de forma mais nítida, na esteira das eleições para a Freguesia de S. Jacinto. São coisas passadas, já lá vão! Enfim, cometeram-se aqui alguns excessos que se calhar estão na fronteira daquilo que é normal esperar num são convívio democrático. Meus senhores, e particularmente o Sr. Presidente da Câmara Sr. Dr. Alberto Souto e o Sr. Prof. Britaldo Rodrigues, já que acham impossível respeitarem-se um ao outro, respeitem-se ao menos a vós próprios e encerrem esta polémica; porque penso que nada de bom sai para vós próprios e para Aveiro desta polémica. Dir-me-ão, que quando eu jogava futebol, às vezes mais por inabilidade do que por querer, eu era muito "caneleiro" e "caceteiro", enfim, com alguma razão eu tenho de reconhecer isso, mas normalmente não me esqueço de que nos intervalos não é para dar caneladas - a canelada dá-se basicamente quando se está em jogo, lá no campo. Nos intervalos dos jogos a gente toma um duche frio, arrefece, bebe uma Coca-Cola ou um tinto (para quem gosta), e comemoram todos uns com os outros.*

*Nesta altura, estar a desperdiçar forças que podem ser tão úteis a Aveiro nesta fase, com questiúnculas deste tipo, acho que deslustra, quer um, quer outro.*

*Agradeço ao Sr. Prof. Britaldo, as palavras um bocado avançadas que teve relativamente, sobre aquilo que estou a tentar fazer não por uma organização em particular, mas pela nossa terra. Como ainda há uma força política com representação na Assembleia da República, do Distrito de Aveiro, que ainda não consultei (espero fazê-lo na próxima semana), não o fiz deselegantemente esta semana porque não estive cá. Porque também para nós, mesmo da posição, é preciso pegar nas trouxas e ir pelos caminhos do Poder a tentar, às vezes, mendigar algumas das*

*coisas que caem das mesas daquelas duas grandes metrópoles que têm normalmente e têm tradicionalmente, dividido o Poder neste País. E às vezes quando vem alguma coisa assim pelo meio e depois ainda temos aí uns “poderes suseranos”, aí de umas cidades intermédias, que se arrogam nossas tutoras e que nos roubam o resto. Está na altura de nós abrirmos os olhos e aprendermos alguma coisa com isso; aprendermos alguma coisa com os erros - nós todos.*

*Quanto ao problema que falou, das verbas inscritas do domínio público marítimo, ou pelo menos que pretendo ver inscritas para fazer obra na área do domínio público marítimo; está inscrito como sabe uma verba muito importante, e espero, com uma vontade muito firme, que já não seja uma sociedade anónima, nomeadamente a APA, a gerir os frutos, que eventualmente tem essa pressão para obter essas verbas, para investimentos na área do domínio público marítimo. Depois o organismo que venha, o instituto, com dupla tutela, tripla tutela, que venha a gerir essas verbas, então que o faça da maneira mais adequada, para a Ria e para Aveiro.”*

Vogal Britaldo Rodrigues:

*“Desculpe! É portanto possível, utilizando essas verbas, fazer estudos nomeadamente, para uma hipótese de uma solução rodoviária?”*

Vogal Raúl Martins:

*“Todas as verbas inscritas, incluem estudos, obra, concessão, etc., etc.,”*

Vogal Gaspar Albino:

*“Muito obrigado Sr. Presidente. Minhas senhoras, meus senhores. Foi aqui nesta sala, e hoje à noite, que tive conhecimento do conteúdo da carta que me foi dirigida pela Magistrada do Ministério Público Dr.ª Emília Martins. Do seu conteúdo tomei conhecimento aqui também nesta sala. Resta-me dizer isto: depois de ter lido o ofício remeti-me para aquilo que pensei desde sempre; quando decidi fazer parte de uma lista candidata à Assembleia Municipal, pus uma questão prévia - se havia conhecimento de alguma inibição ou alguma incompatibilidade? Disseram-me que não. Foi uma atitude de boa fé da minha parte, ao aceitar como boa essa informação. Depois foi todo o decurso daquilo que resulta da minha própria consciência. Vim para aqui de boa consciência, estou aqui de boa consciência, sairei daqui de boa consciência - nada mais. A todos aqueles que se pronunciaram a favor da minha pessoa, muito obrigado. À boa maneira da minha terra, bem hajam. Mesmo em relação àqueles que põem em causa ou em dúvida, eu devo dizer que nunca lhes pese a mão nem a vontade na demanda da justiça, nem da verdade, porque com a justiça e com a verdade eu me quererei ver sempre, e será por certo objectivo que nos norteia a todos nós.*

*Posto este assunto, gostaria de usar da palavra para dizer aquilo que me levou a fazer o pedido ao Sr. Presidente. E é um bocadinho ao meu jeito, ao meu estilo, com a minha capacidade de intervenção nesta Câmara, mas é de fantasmas da nossa memória colectiva que eu quero falar hoje e aqui.*

*Muitas vezes tem sido Aveiro criticada por não se assumir como a ‘Capital’ da sua região. E essa crítica, entre outras razões, poder-se-á fundamentar pela sua também histórica incapacidade reivindicativa em termos de concretização de projectos que mobilizaram a nossa comunidade em décadas recentes.*

*Lembro três projectos em que, efectivamente, se movimentaram as forças vivas aveirenses com larguíssimo apoio popular, ao longo de mais de uma geração.*

*Foram eles: A Pista de Remo do Rio Novo do Príncipe, que provocou a maior concentração de povo alguma vez registada no centro cívico de Aveiro, e que esbarrondou o largo de José Estevão, frente à nossa Câmara Municipal, para ouvir as palavras de apoio e de incitamento à sua construção, proferidas pelo sempre recordado - e para mim amado - arcebispo bispo de Aveiro, D. João Evangelista de Lima Vidal.*

*Este velho sonho aveirense parece que está finalmente no bom caminho da sua concretização, porque há renovada vontade política.*

*O segundo foi, a ponte para S. Jacinto, que movimentou na década de 60, forças políticas de vários quadrantes que quase conseguiam a sua construção. Mas a vontade política não foi tão perseverante quanto desejável e o projecto ficou em águas de bacalhau.*

*Parece que vão surgir “ferry-boats” para garantir precária ligação. Lembra-se, que a solução dos “ferry-boats” nunca irá fazer esquecer a sempre desejada ponte.*

*Experiências recentes no Rio Minho - ligações de Caminha a la Guardia e de Vila Nova de Cerveira a Goyan começaram por “ferry-boats”, mas a experiência de alguns anos levou a que essa solução precária conduzisse à construção de pontes.*

*Os “ferry-boats” por certo serão postos à venda (esses os do Rio Minho) e o seu uso imediato em Aveiro quase que ficaria garantido, desde que a vontade negocial existisse.*

*O terceiro fantasma, será o da sempre lembrada estrada dique Aveiro/Murtosa, cujo estudo no princípio da década de 70, foi feito pelo Ministério de então - das Obras Públicas - e que garantia a sua viabilidade técnica e económico-financeira.*

*Era uma estrada que reduzia a distância de 30 Km que separa Aveiro da Murtosa, para menos de 9 km. E que permitia a utilização agrícola de 5000 hectares de chão alagado por águas salgadas. Sabe-se que o assunto não está encerrado. Mas, seria útil que de novo nos empenhássemos politicamente neste projecto, por certo à luz de novas leituras que o saber dos homens hoje faculta.”*

Vogal Virgílio Nogueira:

*“Sr. Presidente, caros colegas. Eu penso que pela minha parca experiência, que o importante na política é o seu nível denotativo. E por isso tento sempre pautar as minhas intervenções por uma narrativa e um discurso de acção. Secundarizando, subalternizando as catálises que são importantes para enriquecer a narrativa, mas não conduzem a acções, a projectos concretos.*

*Em relação à política de Juventude, que tem sido uma das minhas questões prioritárias e reconhecendo a postura dialogante que o Sr. Vereador tem mantido com o movimento juvenil e que me apraz aqui salientar, sinto todavia que tem existido alguma ineficácia, e isto talvez porque o Vereador terá outros afazeres, obviamente também eles importantes, e tem descorado um pouco as questões da juventude.*

*E era nessa medida, que eu hoje aqui, de uma forma humilde, gostaria de contribuir, para que os nossos concidadãos, especialmente os mais jovens, pudessem ter outra qualidade de vida no nosso Concelho. Nessa forma e sem querer ser fastidioso, gostaria de elencar então algumas medidas que poderiam ser proveitosas, para o nosso Concelho.*

*Primeiro defendo que se estendam ou criem programas de integração social, nos bairros mais desfavorecidos do nosso Concelho, entre outros o do Caião e o da Bela-Vista; defendo que se proceda ao estudo da gratuitidade dos transportes públicos municipais, para os jovens estudantes do Concelho, de modo a corrigir desigualdades entre o Centro e as periferias. Entendo que um jovem, que tenha que vir de Nariz, de Requeixo, aqui ao centro da cidade para ir à Biblioteca, para ir ao Instituto da Juventude, para poder falar com o Sr. Vereador, não deve ser prejudicado, com esse ónus financeiro e daí que seria interessante estudar essa modalidade e estou convencido que não será assim tão caro quanto isso e por aquilo que tem sido aqui referido, vai-se gastar dinheiro em coisas novamente não tão profícuas, para uma juventude que se quer satisfeita; terceiro aspecto, é algo que eu já aqui propus na Assembleia, a adesão da Câmara Municipal, à Fundação da Juventude, de modo a fomentar as políticas de formação profissional e de inserção dos mais jovens na vida activa; quarto, a necessidade da construção da Pousada da Juventude de Aveiro, dada a atractividade estudantil e turística do nosso Concelho. Sei que não dependerá só da Câmara, mas pelo bom relacionamento que sinto existirem entre a Câmara e o Poder Central, penso que também seria de aproveitar essa linha de comunicação, para trazermos para Aveiro uma Pousada de Juventude, cuja instalação pode ser, entre outras, na Freguesia de S. Jacinto, por um lado, ou então na zona da antiga lota, que no meu ver, deve ter essa vocação sociocultural, que lhe deve estar adstrita; quinto, a preocupação pelas valências do Centro Municipal da Juventude, merece-nos também propostas. Para além dos equipamentos necessários para fomentar a dinamização do movimento associativo, propomos que se pense logo na criação de pequenas escolas de música e de línguas, para que os jovens menos favorecidos tenham acesso à aprendizagem a que têm direito; há jovens que provavelmente não poderão andar nas escolas de música normais, não poderão aceder às escolas de línguas - então que o Centro Municipal de Juventude, lhes permita ter direito a essas aprendizagens, que os outros têm, dado que é um valor da Social Democracia, essas igualdades de oportunidades. Desejamos nós que a cidade cresça a pensar na sua juventude e que para isso planeie devidamente as suas zonas de lazer e de diversão e que por exemplo, como eu há pouco referi - a antiga zona da lota, se vocacione para a instalação de estruturas e equipamentos socioculturais.*

*Almejo eu e almejamos nós, o reforço das condições que estimulem o desporto informal, tão cara à manutenção física e ao equilíbrio mental dos nossos concidadãos.*

*Eu sou habitante da Freguesia da Vera Cruz e aquilo que eu constato, é que os muidos de hoje continuam a jogar futebol, nos mesmos espaços onde jogavam os seus avós. Continuam a partir os vidros das mesmas janelas que se partiam há 40 anos, e é por isso que era importante que se pensasse numa política de apoio à criação de infra-estruturas nas freguesias, isto sem cairmos no exagero de ter uma piscina para cada freguesia ou coisa assim no género, seria interessante mas provavelmente impraticável.*

*Por último, advogamos a constituição de uma quota de habitação social, isto se houver habitação social - porque não havendo habitação social, obviamente não pode haver uma quota da mesma, para jovens casais. Isto porquê? Porque nós defendemos que é preciso preservar a identidade do nosso Concelho. As pessoas que vivem o seu Bairro ou a sua Rua devem manter-se lá, devem manter-se nas proximidades, devem estar enraizadas na sua comunidade. Por isso sugerindo e também reforçando o repto que o Sr. Armando Vieira aqui há pouco lançou nesta Assembleia, devemos criar habitação social e também assegurar que uma parcela dos nossos jovens se mantenham no seu concelho e não tenham que migrar para outros onde obviamente não estarão enraizados e não estarão na sua comunidade mais pequena, que é isso que eles de certo auguram.*

*Para já é tudo o que me oferece dizer, espero que a minha intervenção seja entendida como um contributo e não como um postura de confronto ou de guerrilha porque não faz parte da minha maneira de ser, nem faz parte da organização a que eu pertença. Muito obrigado”.*

Vogal Álvaro do Bem:

*“Sr. Presidente, vou falar novamente sobre o problema do saneamento e essencialmente daquilo que se prende com a Freguesia de Aradas. Como é evidente e como membro desta Assembleia, eu queria informar os meus distintos colegas que não tenho o sentimento de vergonha de cada vez que algum município vem aqui falar.*

*Já foi aqui referenciado hoje, perante as manifestações dos nossos concidadãos, alguns dos nossos colegas, manifestam esse sentimento - de vergonha.*

*Pelo contrário, eu porventura sinto-me até orgulhoso de que os cidadãos venham aqui expor os seus problemas, que são os nossos problemas também, porque os membros desta Assembleia, têm a primeira qualidade que o cidadão tem - é que os membros desta Assembleia também são cidadãos, são municípios deste Concelho. Por isso, fico até, muito contente e porventura seria bom sinal, que até ao fim - ao contrário do que alguns possam pensar - até ao fim deste mandato e desta Câmara, e que os possíveis mandatos desta Câmara ou de outras, os cidadãos criassem o hábito de virem aqui, pôr os problemas tão claramente - se calhar em alguns casos mais sucintamente - mas que os viessem pôr tão claramente como têm posto até agora.*

*Em relação ao saneamento e essencialmente sobre a Freguesia de Aradas, vou dizer exactamente, exactamente aquilo que disse (porque pelos vistos algumas pessoas estão esquecidas), o problema do saneamento prende-se e prender-se-á sempre com o problema social; é evidente que o saneamento em relação ao Concelho tem avançado, para o interior do Concelho e à medida que isto vier a acontecer, cada vez se irão mais agudizar os problemas.*

*Não vou pedir nada, mas confio plenamente no Sr. Presidente da Câmara e no seu Executivo, para encontrar com justiça e com clareza, uma solução para este problema. Como é evidente, alguns têm aproveitado e feito eco de alguma contestação, ou até alguma indisposição dos problemas dos municípios, mas digo-vos claramente, que esse aproveitamento muitas vezes, não facilita a solução do problema, como ainda os complica. Alguns gostam de perceber nos jornais, alguma indignação dos municípios e ampliam essa indignação não podendo, nem devendo, discutir os problemas do saneamento. Discutem-se cartas, discutem-se datas, quando o essencial fica por discutir.*

*Sr. Presidente da Câmara, em nome dos municípios de Aradas, tenho de lhe agradecer, pela primeira vez nos últimos doze anos, uma rua - a Rua Capitão Lebre. E agradecer-lhe, porque em relação à segurança, a nova iluminação permite criar novas expectativas, porque nos últimos anos a iluminação da Freguesia de Aradas e das suas ruas era perfeitamente lastimosa. Pelos vistos, os nossos representantes locais, sejam da Freguesia de Aradas e outras, pelos vistos não terão reclamado o suficiente, mas penso que em Aradas, não terá sido esse o trabalho, mas a Câmara fez com que a Rua Capitão Lebre, pareça quase uma avenida. Está tão bem iluminada ou melhor que se calhar a Avenida Dr. Lourenço Peixinho.*

*Penso que esse trabalho vai continuar, alguns dos municípios de Aradas estão impacientes com o pó que as últimas obras têm estado a provocar; mas isso também tem haver com o pouco hábito, que os Aradenses têm, de terem obras na sua freguesia. É que os últimos 15, talvez 18 anos, não houve nenhuma obra de vulto naquela freguesia e talvez seja agora essa estranheza, com que faça que algumas vezes se levantem e tentem baralhar aquilo que é tão bem nítido. Há obras na Freguesia de Aradas. Deve-se à Câmara, deve-se à nova Câmara, espero que continue esse trabalho Sr. Presidente e disse.”*

Vogal Victor Martins:

*“Sr. Presidente, só hoje tive também conhecimento do despacho da senhora Magistrada do Ministério Público, sobre a perda de mandato que um colega meu desta Assembleia tinha solicitado.*

*Durante cinco meses, procurei serenamente aguardar e confiando na justiça que existe neste país, e conscientemente também, e quem não deve não teme, sempre que os meus actos se pautavam por justiça e que não estava a lesar nada que fosse prejudicial a uma razão pública.*

*O Sr. Salavessa levantou esta questão e o que me custou foi a maneira que como o fez. Disse que podia fazê-lo entregando à imprensa, sem dizer nada aos visados, o que é certo é que o fez, e para quem serve uma comunidade como Sta. Joana ou para um Presidente de Junta, é sempre negativo. E para aqueles como eu que não vivem da política, que há cerca de 17 anos procura dar o melhor que sabe a uma comunidade, e para sobreviver e manter a sua família terá que legitimamente trabalhar - não vivo de ser Presidente da Junta, ou de outro meio, a não ser do meu trabalho. Por isso, chocou-me imenso, e fico satisfeito que este assunto esteja encerrado. Pedia também à imprensa, que não sei como, até fotografias minhas publicou, e que me afectaram pessoalmente - para quem tem filhos na escola - onde se ouviram comentários: “o que é que o teu pai fez”; e eu passei isso. Agradecia a essa imprensa, que hoje está nesta sala, que usasse o mesmo tom nos jornais com que o fez, quando foi para pedir a perda de mandato do Presidente da Junta de S.<sup>ta</sup> Joana.*

*Agradecia a solidariedade de todos os colegas e alguns juristas desta Assembleia, que nessa altura me apoiaram. Muito obrigado.”*

Vogal Henrique Diz:

*“Se o Sr. Presidente me desse licença, eu permitia-me começar com três “fait-divers”; o primeiro para constatar que, à AD foi contraposta uma aliança de esquerda visível aqui neste seguimento da bancada na Assembleia Municipal; a segunda é para constatar, que eu fico satisfeito porque o Sr. Presidente da Câmara - independentemente da sua qualidade técnica e que o levou a ocupar os diversos lugares - tenha podido estar no estrangeiro, porque senão ter-se-ia perdido a oportunidade de várias vezes aqui louvar, por essa característica específica, de ter prestado trabalho lá fora. Penso que certamente mereceu lá estar fora, a questão política que aqui se levanta, é bem diversa, mas sempre dá matéria para alguns deputados municipais entrevirem ... pois se calhar não devia ter regressado, mas a gente tratará disso mais à frente; até porque não vai ser difícil tratar disso, porque eu tenho aqui (essa questão de ter regressado ou não?), uma fotografia do Sr. Presidente - está com um ar um bocado triste sabe! E ainda por cima, debaixo de um título a dizer “continua a agradar”. Tem que ter cuidado, porque isso pode dar alguma indicação de que quer regressar lá fora. Eu não sei se é por lhe terem chamado aqui “Socialista Alberto Souto” e de lhe terem perdido a sua qualidade de “independente”.*

*Bem, mas acabando com estes “fait-divers”, que foram só para permitir que esta Assembleia regresse àquele tom amistoso com que tinha começado e que se perdeu. Ainda sobre a crispação que o Dr. Martins falava, deixem-me só dizer duas ou três coisas mais sérias: a primeira, a propósito das missivas trocadas entre o Sr. Presidente da Câmara - e eu realço o Sr. Presidente da Câmara, porque de facto, a fotografia que aparece nos jornais põe lá Presidente da Câmara (não põe lá Dr. Alberto Souto e o líder da bancada do PSD), deixem-me dizer-lhes o seguinte: nós ainda não estamos a discutir a moção. Na altura própria, quando a discutirmos, certamente podemos discutir o conteúdo.*

*Mas eu louvo a hombridade do nosso estimado amigo e colega, Dr. Filipe Neto Brandão, quando faz uma crítica, implícita também, ao Sr. Presidente da Câmara, que é do seu partido. Portanto, pondo-se um pouco acima destas questões, lembrava-lhe apenas, a iniciativa da moção, certamente não terá sido do Sr. Deputado Britaldo Rodrigues, que também é suficientemente honesto na sua atitude política, para não fazer baixa política. Mas, permitam-me dizer-lhes uma coisa: eu fiquei muito surpreendido quando o meu colega de bancada Manuel António Coimbra decidiu apresentar a moção. E fiquei surpreendido por um motivo muito simples; será que não havia matéria de facto para apresentação de uma moção? Meus senhores, só quem não ler as intervenções, diversas, nomeadamente do Sr. Ministro do Equipamento e várias coisas mais e do líder da bancada parlamentar do Partido Socialista - um senhor que dá pelo nome de Dr. Francisco Assis. Só quem não ler as intervenções desses senhores, é que pode ficar surpreendido com o teor das intervenções produzidas em resposta a questões levantadas pelas pessoas. De facto, eu lamento muito dizer-lhes, meus senhores, que para quem tinha prometido uma mudança tão radical na vida política portuguesa, rapidamente, não só se adquiriram como se ultrapassaram, os vícios que tão criticados eram no tempo de uma maioria absoluta, que era tão prejudicial ao país, e que agora se pretende certamente, para os ultrapassar ainda mais. Portanto, devo dizer-lhes, que já nada me surpreende no teor das discussões públicas neste país. As pessoas que neste momento ocupam o poder, ultrapassaram todos os limites da arrogância que devem existir numa sociedade democrática. E portanto, não temos de forma alguma que ficar tão surpreendidos ou tão escandalizados, quando lemos o que lemos nos diversos órgãos de comunicação social ou quando ouvimos alguns dos nossos principais responsáveis pronunciar-se da forma como se pronunciam acerca dos seus adversários políticos, e eu ressalvo e sublinho - políticos! Porque o que nós estamos aqui a fazer ou quando estamos a pronunciar-nos sobre a actividade política de quem detém o poder, é sobre a política dessas pessoas e a forma como exercem, que nos estamos a pronunciar. Não estamos certamente, a pronunciar-nos sobre o sujeito A, B ou C, mas sobre a forma como ele exerce o poder e como o deveria exercer. E, infelizmente, nos últimos tempos tivemos que nos habituar a respostas que visam não a crítica da política, mas a crítica pessoal. E isso meus senhores, é algo que já não me surpreende de forma nenhuma e, portanto, caro colega Manuel António Coimbra, não pude deixar de ficar surpreendido com a sua moção, por causa disto. Surpreendente? Não! De forma alguma.*

*Quando discutirmos a moção, e lá chegaremos se Deus quiser e se o Sr. Presidente tiver a paciência para isso, então poderemos falar acerca do conteúdo real das intervenções, que tanto parecem preocupar alguns dos senhores deputados e estimados amigos da bancada do Partido Socialista - na medida em que a começaram a discutir, antes de estarmos na altura de a discutir.*

*Agora uma outra faceta que se tem verificado nos últimos tempos e que infelizmente parece ter sido transportada, também para o nível do poder autárquico, é a faceta do “show off”, isto é, nós, enfim, certamente influenciados pelo Presidente Norte Americano, o Sr. Bill Clinton, entendemos que o que interessa é parecer bem na televisão; ter fotografias boas nos jornais (cuidado com as fotografias senhor doutor, aparecermos rodeados de Ministros e de pessoas do “Jet Set”, aliás, tenho alguma curiosidade em ver de vez em quando umas fotografias que aparecem em algumas capas, porque é interessante ver as mudanças que ocorreram. Mas o que interessa é isso, o resto meus senhores é de relativamente pouca importância.*

*A nível do Governo Central, o assunto das questões principais que pareciam nortear o Partido Socialista, foi entregue, e isso se me permitem a humildade, muito bem, ao Sr. Ministro Ferro Rodrigues, que enfim, compõe o ramallete dada a sua enorme competência, que eu não ponho de forma nenhuma em causa. No entanto, o que conta agora já não é isso - isso é apenas para satisfazer uma pequena franja do eleitorado; o que conta, é nós fazermos aquilo que criticámos anteriormente. A política de betão; tão criticada no tempo dos governos anteriores, é agora o que nos interessa. As construções; as coisas muito bonitas para que toda a gente veja mesmo que não tenha o real valor. Eu não posso deixar de achar muita graça, que aquando da discussão da contribuição autárquica, e após uma decisão de todas as bancadas no sentido de a reduzir e que permitiu retirar aos cofres da Câmara, através dessa fonte, cem mil contos, a grande preocupação manifestada pelo Executivo tenha sido avançar com projectos megalómanos, que custam os olhos da cara a este município, que claramente está endividado, e que devia ter mais rigor na aplicação dos dinheiros públicos.*

*Quando este Executivo, entender, que de facto deve encarar o problema social de frente, então poderemos certamente falar de contribuição autárquica. Enquanto este município entender, que o que interessa é, em nome do embelezamento da cidade e em nome da projecção duvidosa do nome da cidade no exterior, o que interessa é, aplicar de forma deficiente os dinheiros públicos, enquanto assim acontecer, certamente que teremos algumas divergências.*

*Já que falamos em aplicação de dinheiros públicos, eu gostaria de pôr uma pergunta muito concreta ao Sr. Presidente da Câmara. Que informe esta Assembleia, sobre o número de Assessores, os encargos que daí resultam, e as funções que desempenham neste momento na Câmara Municipal? Como já lhe disse anteriormente, não estou interessado nos nomes, não são as pessoas em si que me interessam. Eu admito, que apesar da natureza de alguns deles que se pode ler pela forma como escrevem para determinados jornais, admito que o Sr. Presidente e a sua equipa, tenham sido suficientemente cuidadosos na sua escolha para garantir que o que a determinou, foi a sua competência técnica e profissional e não outro tipo de competência.*

*No entanto, não deixaria de lhe pedir que informasse esta Assembleia sobre o número de Assessores e similares que existem na Câmara Municipal, os encargos que representam e as funções que exercem efectivamente.”*

Presidente da Mesa:

*“Está pendente uma moção colocada pelo Deputado Manuel António Coimbra; pergunto se a mantém? Mantém. Como é evidente, por não estar na ordem de trabalhos, esta moção só será votada se não houver oposição. E como o debate é instrumental da votação, não havendo votação não haverá debate.”*

Vogal Manuel António Coimbra:

*“Dá-me licença. É que a propósito da moção que apresentei foram feitos alguns comentários que gostaria de comentar, não sei se é altura oportuna de o fazer.”*

Presidente da Mesa:

*“Eu vou ser muito claro. Se houver debate, que é como quem diz, se for aprovada esta moção, dar-lhe-ei a palavra para isso.”*

Vogal Britaldo Rodrigues:

*“Muito obrigado. É para dizer que desta votação que se vai seguir, fui aconselhado de modo mais ou menos paternalístico para me pronunciar negativamente na votação desta moção. Quero só dizer, que como partido democrático e personalista que somos, as iniciativas tomadas pela bancada do PSD são perfeitamente livres; não são controladas. Foi o caso da moção apresentada pelo Prof. António Coimbra, como primeiro subscritor. Por estar envolvido não a subscrevi, não me referi a ela nesta Assembleia e obviamente não vou votar da sua admissibilidade; razão pela qual peço autorização ao Sr. Presidente da Assembleia para me afastar durante esses momentos.”*

Presidente da Mesa:

*“Está afastado. Não precisa de se levantar. Alguém se opõe a que esta moção seja conduzida a votação final no período de antes da ordem do dia? Ninguém se opõe?”*

Saiu da sala o Vogal Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues.

Vogal Filipe Brandão:

*“Só pretendia uma clarificação por parte do proponente, do cabimento regimental desta proposta.”*

Presidente da Mesa:

*“É manifestamente uma moção de censura. E é assim que a Mesa a entende. Censura pontual, não é uma censura ao Executivo. Portanto a moção está aceite como tipo de moção de censura, a sua vicissitude subsequente é que depende da Câmara.”*

Vogal Filipe Brandão:

*“Sr. Presidente eu gostaria então, face a esta clarificação, de recordar à Mesa que as moções de censura, que estão, aliás, tipificadas no Decreto-Lei 100/84, para serem aprovadas têm de ser agendadas. Eis a razão de ser da minha pergunta.”*

Presidente da Mesa:

*“Peço desculpa, mas não é só isso. Isso é simplismo demais. Foi estabelecido que moções (seja de que teor for) não agendadas, chegarão à fase de votação se houver consenso, isto é, se não houver ninguém contra. E é essa indagação que eu faço. Se alguém se opõe não será votada e não será discutida; se não houver, vamos a isso.”*

Vogal Filipe Brandão:

*“Sr. Presidente, permita-me também discordar da interpretação de V. Ex.<sup>a</sup>, apenas para referir, que ao contrário das moções que V. Ex.<sup>a</sup> refere, a moção em causa está contida no artigo 39, n.º1, alínea I, e portanto, não é uma questão como qualquer outra moção que surja inopinadamente na ordem de trabalhos. Isto é uma moção que está tipificada na Lei e portanto, como tal, para ser votada tem de ser integrada na ordem de trabalhos.”*

Presidente da Mesa:

*“Agradeço, mas não preciso de ir ler a Lei (salvo o devido respeito por melhor entendimento) para perceber que essas moções de censura de que fala, são as moções institucionais - não é o caso. Esta é uma moção de censura ao Dr. Alberto Souto. Portanto, está aceite pela Mesa e admitida como tal e portanto, se não houver quem se oponha ...”*

Vogal Filipe Brandão:

*“Sr. Presidente, vai-me desculpar. V. Ex.<sup>a</sup> diz que não precisa de ler a Lei, mas devo dizer, com o devido respeito, que o que a Lei diz é: «votar moções de censura à Câmara Municipal a fim de permitir a reformulação e divulgação de juízos negativos e reprovativos da acção da Câmara Municipal ou da actuação individual de qualquer dos seus membros» é precisamente o caso.”*

Presidente da Mesa:

*“É exactamente isso. De qualquer dos seus membros na qualidade institucional de Presidente da Câmara. A moção não é censura à qualidade, é censura à intervenção da pessoa que terá*

*exercitado o direito de escrever, na sua qualidade. A Moção de censura que fala a Lei, são moções de censura à Câmara Municipal. Peço desculpa, mas eu por enquanto ainda sei ler. Portanto, com o devido respeito não se trata de uma moção à Câmara, seja por razão do colectivo, seja por razão de votação individual, é uma moção ao Dr. Alberto Souto, porque na sua qualidade de Presidente da Câmara se terá excedido na linguagem e na adjectivação. Portanto se não houver oposição vamos a isso.”*

Vogal João Pedro Dias:

*“Peço desculpa, mas se a questão é posta nesses termos e com a clareza e evidência que o Sr. Presidente da Mesa a põe, como membro desta Assembleia, queria-me opôr a que a moção fosse admitida, porque acho que este documento, nestes termos, está a tomar uma proporção e uma dimensão, que entendo que se os seus proponentes assim o entenderem merece que seja devidamente agendada e daí retiradas todas as consequências. Reparem, já não estamos a condenar um artigo, já estamos formalmente no domínio da condenação do Sr. Presidente da Câmara. Sendo assim, permitam-me este direito pessoal de oposição em relação à admissão dessa moção.”*

Presidente da Mesa:

*“Está prejudicada a moção, está prejudicado o seu debate, vou dar a palavra ao deputado Manuel António Coimbra para se antagonizar com as referências que foram feitas à sua moção.”*

Vogal Manuel António Coimbra:

*“Eu gostava de recorrer da opinião que agora foi formulada pelo Dr. João Pedro Dias.”*

Presidente da Mesa:

*“Não vai poder recorrer.”*

Entrou de novo na sala o Vogal Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues.

Vogal Manuel António Coimbra:

*“Posso recorrer, porque o artigo 10.º dá-me poder para apresentar moções. Eu apresento uma moção, de maneira que eu peço recurso para a Assembleia da decisão que a Mesa acaba de tomar. Diga-me onde está no regimento, que por um membro se opôr, ficam prejudicadas as moções.”*

Presidente da Mesa:

*“Poderá pedir. Mas a questão é que estamos no período de antes da ordem do dia, é só disso que se trata. Se fosse no período da ordem do dia, a propósito de qualquer ponto, poderia apresentar, naturalmente, e não podia ser impedida (era o que faltava), mas estamos no período de antes da ordem do dia, que não se destina fundamentalmente a isso. Aliás, é prática consensualizada, desde o princípio da vigência deste órgão, que no período de antes da ordem do dia, moções que não estejam agendadas só serão votadas se não houver oposição de ninguém, isto é, se houver consenso geral de que assim se faça. Assim, salvo o devido respeito, não tem razão.”*

Vogal Manuel António Coimbra:

*“Muito bem Sr. Presidente. Foi tentado pelo Dr. Filipe Brandão, como advogado brilhante, que reconheço, com alguma argumentação hábil, tentar subverter a questão que eu coloquei e levá-la para um confronto entre duas pessoas, argumentando que o Prof. Britaldo tinha deixado vir a*

*terreiro, terceiros tomar a sua defesa. Eu quero dizer que o Prof. Britaldo não precisa de uma terceira via para o defender; defendeu-se ele próprio na página que lhe é destinada no jornal onde faz as suas crónicas às sextas-feiras e passado uma semana estava lá. De maneira que a polémica política foi assumida no local certo, começou no jornal e acabou num jornal; está encerrada. A questão é utilizar-se o título de Presidente da Câmara de Aveiro para nessa qualidade insultar um membro da Assembleia Municipal. Aí é que está a questão. E por isso, a questão não foi colocada pelo Sr. Presidente da Câmara, enquanto tal, ao nível político, mas mais ao nível do insulto. E como é óbvio são insultos e como insultos que são, não são verdade. Já agora gostava de responder ao Prof. Henrique Diz, que o facto de ele não estar surpreendido pelo tipo de linguagem empregue, e que é a maneira de fazer política; eu fico contente por em Aveiro essa não ser a maneira de fazer política. E viver numa cidade que tem uma dimensão que nos permite ver neste discurso um motivo de descontentamento. Era esse descontentamento que eu achava que esta Assembleia devia manifestar para que discursos destes não se repitam no futuro. No entanto, acho que ficou a mensagem.”*

Presidente da Mesa:

*“Também concordo com isso. As coisas têm de ter o seu cabimento e oportunidade. A Câmara está a formar uma comissão para deliberar sobre a comemorações dos 25 anos do 25 de Abril e pediu que a Assembleia. Se assim o entender, indique membros para a representar nessa comissão. Portanto a minha sugestão foi de que cada Grupo Parlamentar indicasse um elemento e como não houve oposição (pode ainda haver agora) se houver vamos conversar sobre isso, se não houver peço a cada bancada que faça chegar o nome indicado aos Serviços desta Assembleia, que depois farão o ofício com que eu responderei a este convite da Câmara. O Sr. Presidente da Câmara, que tem a palavra para o ponto um da ordem dos trabalhos, quer intervir usando o seu direito de resposta no período de antes da ordem do dia?”*

Presidente da Câmara:

*“Sr. Presidente, como estão entre nós munícipes à espera de serem esclarecidos às questões que colocaram, eu responderia já neste ponto.”*

Presidente da Mesa:

*“Tem então a palavra para uma intervenção breve.”*

Presidente da Câmara:

*“Em primeiro lugar à questão recorrente do saneamento. As pessoas vieram aqui uma vez mais para tentar serem esclarecidas. Eu gostava mais uma vez (porque este assunto já veio aqui à Assembleia duas vezes) de lembrar o seguinte: (e convinha que as pessoas que estão agora a reagir mal ao pagamento das taxas tivessem isso presente) no país todo, em 305 municípios, só um é que concede essa isenção, portanto nós estamos a proceder da mesma forma que os 303 municípios. Estamos a cobrar um preço que evidentemente custa a pagar a toda a gente e sobretudo às pessoas mais desfavorecidas, mas estão a pagar porque estamos a fazer obra, porque estamos a chegar com o saneamento às casas e é evidente que à medida que as obras avançam ficam surpreendidas com a necessidade de pagar este custo para fazer a ligação, porque ela é obrigatória, e não acham muito agradável ter que o fazer. Mas, mais uma vez eu gostava que isso fosse vivamente relativizado, é uma despesa que se faz uma vez na vida, quando se faz casa nova ou quando chega o saneamento, portanto não estamos a falar de 82 contos por mês ou que se repetem no ano; é uma vez na vida. Penso que as pessoas não deveriam perder isso de vista. Mesmo assim, para as pessoas que têm de pagar esta despesa uma vez na vida, nós, (e justamente) indo ao encontro de algumas observações que foram aqui feitas sobre a falta de sensibilidade da câmara para a questão social, e porque estamos*

*conscientes de que isso pode de facto constituir dificuldade real para algumas pessoas, instituímos nos Serviços Municipalizados a possibilidade destes 82 contos serem pagos em 12 prestações. Se mesmo assim houver pessoas com dificuldades de pagar esses 7 contos por mês (e admito que sim), trouxemos a esta Assembleia uma proposta que foi aprovada por esta Assembleia, portanto convinha que os senhores munícipes tivessem isso presente, não foi só a Câmara, nós trouxemos isto a esta Assembleia, que o aprovou e que até fez pertinentes propostas às isenções, e que foram concedidas. Trouxemos uma proposta que isenta as pessoas que estão no limiar do rendimento, todos aqueles que estão abrangidos pelo sistema do rendimento mínimo garantido e as pessoas que vivem com pensões de reforma de baixo nível. E além disso ainda concedemos outras isenções; às instituições de solidariedade social e aos casos em que os serviços quando aprovaram os projectos não previram a possibilidade de virem a ser instaladas bombas quando as condições técnicas o exigiriam. Portanto, instituímos uma série de mecanismos de isenção que em princípio e se tivermos tudo isto relativizado desta maneira diminui muito a importância real deste problema. Na reunião que eu tive com as pessoas eu reconheci (como aqui foi lembrado pela Sr.ª D. Eulália) que alguma coisa não estava a correr bem, sobretudo porque as queixas eram de falta de informação, era uma divulgação eficiente das condições de isenção e dos direitos das pessoas e essa parte correu mal. Correu mal porque demorou algum tempo a sair no Diário da República e entretanto as pessoas afluíram logo aos serviços para obterem a isenção. Penso que isso está ultrapassado, os Serviços Municipalizados tem instruções para prestarem todos os esclarecimentos, estão a fazê-lo de forma eficiente e se constatar que a mensagem não está a passar não há dúvida que estaremos em condições de fazer uma campanha de divulgação mais maciça.*

*Dizem-me que o preço é elevado e por exemplo em Ílhavo é mais barato. O nosso preço é o custo real acrescido do IVA. O que acontece em Ílhavo, (como sabem as condições técnicas de trabalho em cada empresa não são as mesmas) conseguem um preço mais baixo e provavelmente estão a financiar o IVA; provavelmente é isso que se está a passar. Agora, porque é que tem de ser 82 contos para uns e 60 contos para outros e 90 para outros? Na conversa com moradores com quem estive penso que isso ficou muito claro; tem de haver um custo médio. É inaceitável que o vizinho da frente pague 60 contos porque está mais próximo da conduta central e o vizinho em frente pague mais 20 contos porque teve a desdita de ficar uns metros mais longe. Isto é inaceitável socialmente, como imaginam o preço tem de ser médio. Efectivamente, o custo do ramal nuns casos é mais baixo que 82 contos, noutros é mais caro que 82 contos, mas seria injusto uns viverem na parte de cima da rua e pagarem cento e tal contos e os outros pagarem 50 ou 40 por viverem na parte mais baixa. Esta é a razão deste preço médio. Outra pergunta que me colocaram e não tinha a resposta para ela, era a dos condóminos que vivem em prédios constituídos em propriedade horizontal. E colocaram-me a pergunta: um só ramal vai para o prédio, cada condómino vai ter de pagar menos do que aquele que tem uma casa isolada. Infelizmente aí não foram os Serviços que decidiram assim, é a Lei geral que regula para o país todo que o impõe. Portanto, quanto ao saneamento eu tenho de pedir de facto compreensão às pessoas, nós não podemos estar por um lado a exigir que nos dêem saneamento e depois quando ele chega dizermos que não queremos pagar.*

*O Sr. Salavessa, pedia-me que enviasse os documentos a propósito do Plano da Orla Costeira. De facto, ele chegou à Câmara para parecer na semana passada, foram elaboradas algumas observações pertinentes, havia falhas curiosas na parte que nos dizia respeito nomeadamente, algumas servidões aeronáuticas e militares da base de S. Jacinto, etc. O Eduardo conhece todas as observações que foram feitas e demos aí uma contribuição interessante para a elaboração desse parecer. A mesma satisfação já não lhe posso dar da posse do parecer da Associação Nacional de Municípios sobre a transferência de competências, de facto não foi feito, é uma matéria de grande interesse político, estamos atentos ao parecer que a associação vier a elaborar, mas estava ainda numa fase muito preliminar, ainda estamos a tempo de nos envolver*

*nessa análise se o considerarmos oportuno. Obviamente o estatuto da oposição será respeitado, sempre que vir pertinência e interesse em ter acesso a alguma documentação sobre as decisões importantes que estamos a tomar, fá-lo-emos e penso que não tem tido dificuldades nessa matéria e portanto, continuaremos a respeitar o estatuto da oposição.*

*Os candeeiros na Avenida Central. A Clara colocou a questão, eu próprio devo dizer que quando passei por lá fiquei um pouco impressionado com aquele azul. Nós não escolhemos a cor; há quem comente já que é o azul e o amarelo do PP, foi coincidência. De facto a EDP apostou numa linha moderna, inspirada nas linhas que tinha na Expo e portanto as opiniões que de imediato foram todas negativas, já se dividem ao fim de uma semana. Aos poucos as pessoas já gostam de um certo ar de modernidade na Avenida. De facto aí fomos ultrapassados porque ninguém nos ouviu para a escolha da cor. Em frente ao Museu tivemos o cuidado de que não fossem colocados candeeiros e vai ser feita uma iluminação decorativa.*

*A propósito da intervenção do Sr. Barbosa sobre as cargas e descargas, eu tenho uma boa notícia para lhe dar; o regulamento está quase pronto e portanto em breve será submetido à apreciação pública e enviado a esta Assembleia.*

*Quanto aos assaltos, estou também preocupado, de facto, nas últimas semanas assistimos a uma onda de assaltos que não é habitual, estou preocupado, vamos ver se é um fenómeno passageiro ou se se trata de um fenómeno continuado. Passarei a mensagem e farei o pedido às autoridades e ao Sr. Ministro para que os nossos efectivos sejam reforçados. Como sabem está em construção um novo quartel na Quinta do Griné e portanto há expectativas de que os efectivos sejam reforçados.*

*A propósito da Habitação Social, Sr. Armando Vieira. Obviamente que nós vamos apostar na Habitação Social este ano, estamos fortemente empenhados nisso, vamos mesmo constituir um grupo de trabalho para lidar com toda a construção que queremos fazer este ano. Temos uma verba inscrita de 560 mil contos no orçamento deste ano que queremos aplicar, portanto o objectivo é trabalhar muito e bem este ano na Habitação Social. Quero dizer é que não podemos fazer o que sugere. Nós não podemos deixar de fazer outro tipo de obra só depois de todas as pessoas terem casa; isso é uma utopia. Porque as crianças vão-se rir quando tiverem casa, mas as que já têm casa vão-se rir quando tiverem parques infantis com segurança e outras benfeitorias com que temos que alindar a nossa cidade. Temos de ter uma gestão equilibrada também a esse nível.*

*Prof. Henrique Diz, depois dessas análises tão cáusticas sobre as minhas fotografias nos jornais, tenho de o convidar para meu consultor de marketing, ainda por cima ainda vive no estrangeiro e trás seguramente de lá um “know how” que aqui não há e portanto, podemos ambos ganhar com isso. De resto eu ouvi a sua intervenção com muita atenção. Fez um intervenção de âmbito mais geral, mais virada para o país, não lhe ouvi apontar nada de concreto em Aveiro. Projectos megalómanos em Aveiro!? Se for capaz de me apontar um... os grandes projectos para Aveiro não são megalómanos, são os projectos que os Aveirenses esperam há muitos anos e são aqueles que correspondem ao potencial que Aveiro tem.*

**Vogal Henrique Diz:**

*“Eu fui educado a olhar para os outros e portanto para mim é megalómano gastar meio milhão de contos num ‘lago’ quando temos pessoas a viver nas condições que o Sr. Armando Vieira aqui falou. E talvez fosse útil, o Sr. Presidente conhece bem o concelho, mas talvez fosse útil aceitar o convite que o Sr. Armando Vieira lhe fez. Talvez tivesse uma perspectiva ligeiramente diferente acerca daquilo que é megalómano para um número não desprezável de munícipes deste concelho.”*

**Presidente da Câmara:**

*“Deixe-me corrigi-lo, não são 500 milhões de escudos são 170, foi por esse valor que nós abrimos o concurso.”*

Vogal Henrique Diz:

*“Depois no final nós faremos as contas Sr. Presidente!”*

Presidente da Câmara:

*“Está bem. Apesar de tudo é uma diferença. Eu acho que nós devemos discutir politicamente como os números que temos agora e nós agora temos um número certo; admito que depois com trabalhos imprevistos possam subir um bocadinho. Eu respeito-o muito e tenho muita consideração pelas intervenções que faz, mas certamente concorda comigo que prefere ver ali um lago do que duas torres de 14 pisos como estava previsto. O Sr. Professor não olha só para as pessoas, olha também para a cidade onde as pessoas vivem. E concordará comigo que a solução encontrada é excelente e é uma mais-valia em relação a qualquer outra solução para ali prevista.”*

Vogal Henrique Diz:

*“Permita-me, Sr. Presidente. O Sr. Presidente percebeu perfeitamente aquilo que eu lhe disse. Eu não estou a questionar o ‘lago’ em si comparado com as duas torres de 14 andares que estavam previstas, não estou a fazer isso. Eu estou a questionar os momentos de oportunidade e as soluções encontradas; é isso que eu estou a questionar.”*

Presidente da Câmara:

*“Com certeza. Mas eu acho que nós estamos a gerir bem os momentos que temos. Porque felizmente para Aveiro, nós não temos uma situação social de ruptura. Nós temos muitas dificuldades e temos uma lista de espera muito importante, mas estamos numa situação em que podemos ir valorizando e requalificando o centro urbano sem prejuízo de ir trabalhando na área social. Temos esse privilégio, seria irresponsabilidade da minha parte se não agarrasse essa oportunidade histórica de fazer as duas coisas ao mesmo tempo; e é isso que estamos a fazer.*

*Sr. Deputado Diogo Machado, quanto ao balancete trimestral do Aveiro Basket de facto isso foi dito e é para manter. Acontece que a empresa e como é normal nestas coisas, efectua um balancete em Março, ao fim do trimestre, e portanto fica a promessa que na próxima reunião em que será apreciado o Relatório de Actividades, uma vez concluído o primeiro trimestre, traremos as contas do Aveiro Basket a esta Assembleia.*

*Quanto ao PP do Centro, tenho a satisfação de lhe dizer, que ao contrário do que temia, que isto só fosse apontado para as ‘calendas gregas’, eu espero (já foi apreciado numa reunião de Câmara) que venha a ser aprovado muito rapidamente. Os nossos técnicos fizeram um bom trabalho e portanto, se tudo correr bem, proximamente estaremos em condições de aprovar o Plano de Pormenor do Centro. Como imaginam é um Plano muito complexo, merece grande reflexão e nós estamos a fazê-la.*

*Depois quanto à situação da Câmara, das dividas a fornecedores. É evidente que eu não tenho aqui todas as contas da Câmara, o momento para o fazer é no Relatório de Actividades na próxima Assembleia Municipal, mas tenho aqui alguns números que vai gostar de ouvir certamente, de alguma recuperação que foi possível fazer. Quando começamos devia-se a entidades oficiais 50.231 contos em Dezembro de 98 já só se deviam 13.609 contos; às Juntas de Freguesia a quem se devia 43.259 em Dezembro de 98 já só se devia 18.389 contos; aos empreiteiros a quem se devia 1.900.000 contos em Dezembro de 98 já só se devia 1.434.000 contos; aos fornecedores a quem se devia 347.853 contos em Dezembro de 98 já só se devia*

116.588 contos. É evidente que não há milagres, eu estou a ser sério. Estas contas não são exaustivas; naturalmente.

Quanto ao Organigrama, estamos a trabalhar nele, não está esquecido. Já tivemos várias reuniões de trabalho ao nível da Câmara sobre isso e vamos continuar a ter. Espero nos próximos tempos aprová-lo e trazê-lo a esta Assembleia.

Depois o Sr. Deputado Diogo Machado fez uma comparação (que me pareceu infeliz) sobre avós, sobre o meu avô e sobre mim próprio, queria dizer-lhe de facto, o meu avô seria um homem genial eu não valho nada. Mas eu nunca farei comparações entre o Sr. Diogo Machado e o seu avô. O senhor brinca com as coisas que deve brincar, eu não brinco com coisas dessas.”

Vogal Diogo Machado:

“Sr. Presidente, só para dizer isto, para que não fiquem mal entendidos. Historicamente, eu tenho por tudo o que está escrito, o maior respeito pelo Dr. Alberto Souto avô. Não faltei em nenhum momento ao respeito ao Dr. Alberto Souto neto. Aquilo que disse foi que o Dr. Alberto Souto neto ainda (e sublinho o ainda) está a tempo de ganhar dos aveirenses o respeito que o avô ganhou.”

Saiu da sala o vogal Manuel Branco Pontes.

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado. Sr. Gaspar Albino, sobre a pista de remo. Estamos a prosseguir com o nosso projecto, estamos a apostar agora para termos em Abril tudo pronto e portanto, nessa altura estaremos em condições de submeter à aprovação das diferentes entidades a respectiva candidatura da Pista do Rio Novo do Príncipe. Falta ultimar pequenos pormenores, falta a empresa que está a fazer o estudo hidráulico apresentar o trabalho em Abril (se cumprir o prazo), nessa altura teremos o projecto pronto. Tem havido notícias que deixam perceber algumas dificuldades na outra pista, vamos continuar a fazer o nosso percurso sem nos preocuparmos com os outros, mas estou optimista quanto à pista.

A estrada dique. Há um dique que está a ser feito, desafio a ir ver o dique que já lá existe e que faz parte do projecto de aproveitamento do Baixo-Vouga. A opinião dos técnicos é que não deve ser um dique estrada por onde passe um grande tráfego. Não sei, talvez valha a pena reanalisar a questão para saber se há de facto objecções ambientais ou se o projecto de estrada dique Aveiro/Murtosa ainda faz algum sentido hoje; sendo certo que vamos ter o ICI que vai tornar as coisas mais simples. Mas vale a pena pensar nisso.

Quanto à ponte de S. Jacinto, de que também falou, são conhecidas as nossas posições. Acho que a ponte deve ser estudada em coordenação com o Plano de Urbanização e nunca deve ser implementada antes desse Plano estar aprovado. Portanto os estudos que se façam sobre viabilidade técnica, sobre a agressão ambiental, sobre o impacto que vai ter na freguesia de S. Jacinto, tudo isso, deve ser feito em conjunto para que se tome uma decisão séria sobre a ponte.

A questão dos assessores. Eu lamento desapontá-los. Especula-se muito com a questão dos assessores. Neste momento estão como assessores cinco pessoas, dessas cinco duas já estavam na Câmara quando eu entrei, uma foi substituição, e de facto duas são novas. Lamento muito mas de facto são muito poucos. A certa altura surgiram também algumas dúvidas na Câmara, porque de facto, nós temos alguns estagiários agora e de facto eles têm trabalhado bem, as pessoas cruzam-se com eles e quem não está por dentro do estatuto deles interroga-se e talvez venha daí a preocupação de que há um exército de assessores.

Vogal Diogo Machado:

“Sr. Presidente dá-me licença. Eu perguntei a determinada altura da minha intervenção quantos funcionários camarários efectivos havia em 1998 quando assumiu, e quantos

*funcionários camarários efectivos estão hoje ao serviço da Câmara Municipal. Se o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro ou o Executivo, neste momento, não são capazes de saber quantos trabalhadores gerem na sua empresa, está aqui o Dr. Raúl Martins que não me deixa mentir, claramente não estão a gerir bem. Porque um dos factores primordiais nas empresas é saber a qualquer minuto e a qualquer momento saber quantos trabalhadores tínhamos ontem e quantos trabalhadores temos hoje, porquê? Porque até se faltarem podem saber que eles faltaram e se não faltarem podem saber que estão a trabalhar. Agora não saber quantos há em cada momento é que não pode ser. O que nós queríamos saber é quantos havia em Fevereiro de 98 e quantos há em Fevereiro de 99? Claramente há muitos mais, mas quantos?”*

Presidente da Câmara:

*“Eu prometo trazer a informação na Segunda-feira. Se leio com atenção (como estou certo que leu) o Plano de Actividades e Orçamento, fez-se ver que o montante que temos para funcionários está muito aquém dos limites legais. E com franqueza, para os projectos todos que temos em mãos, a carga a que os nossos funcionários estão a ser sujeitos, eu continuo a achar que estamos com muita margem para contratar mais funcionários (que bem precisos são), mas não se esqueça que entraram certamente alguns mas também outros foram sendo reformados. Se calhar vai ter outra desilusão, se calhar é uma progressão absolutamente normal.”*

Vogal Armando Vieira:

*“Quanto ao pessoal eu desejava ser esclarecido sobre o seguinte. O pessoal cujas categorias profissionais vão ser por força da reestruturação de carreiras vão ser suprimidas, o que foi, está, ou vai ser feito? E quanto à estrada dique (devo dizer que participei em muitas reuniões sobre a estrada dique no início dos anos 90) a estrada não avançou então porque a Comunidade se recusava a financiar o dique com uma estrada em cima; era esta a questão. Eu quero perguntar ao Sr. Presidente, tentou-se várias vezes dar a volta ao texto mas nunca se conseguiu, e eu queria saber se o Sr. Presidente poder responder, se foi alterada esta postura.”*

Presidente da Câmara:

*“Não tenho essa informação para lhe dar, mas vou estar atento a essa questão porque no quadro da Associação dos Municípios da Ria, nós estamos a desenvolver o Plano de Ordenamento da Ria e portanto, estamos no momento exacto para avaliar os estudos que foram feitos por consultores externos. Portanto, vamos tentar perceber quais as soluções que estão previstas, obviamente isso tem de ser articulado com o plano agrícola do Baixo-Vouga que tem soluções muito específicas já alinhadas.”*

Presidente da Mesa:

*“Já agora, eu não sei qual foi exactamente o pretexto para não financiar. O Problema substantivo era outro. É que a recuperação dos terrenos salgados demorava muito pouco tempo e permitia uma pastorícia de alta qualidade, com produção de leite e porventura carne, com preços de concorrência ao BENELUX. Essa foi a principal razão porque entupiram o processo. Depois veio a tropa de recarga, que são os ecologistas, a dizer que era zona de nidificação de não sei quantas espécies ‘pelicanas’ e zona de desova da pescada de Vigo, e foi por isso que parou; agora não sei em que pé está. Mas é importante dizer que, quem fez o estudo económico que patenteava forte taxa de viabilidade de recuperação do investimento a curtíssimo prazo, foi o Francisco Pereira de Moura, professor de economia.”*

Presidente da Câmara:

*“Finalmente, só para concluir. Sobre a troca de artigos que houve entre mim e o Prof. Britaldo eu não queria dizer mais nada sobre isso. Mas queria dizer ao Sr. Deputado Manuel Coimbra,*

*que afirmou hoje repetidas vezes que eu tinha respondido na qualidade de Presidente da Câmara, mas esqueceu a primeira parte, é que o Sr. Prof. Britaldo Rodrigues também sempre se referiu a mim na qualidade de Presidente da Câmara. Não quero dizer mais nada sobre isso.”*

Vogal António Salavessa:

*“Para dizer de forma muito sintética o seguinte: é positivo que se tenha visto por parte do Presidente da Câmara, o reconhecimento da necessidade de uma campanha efectiva relativamente à divulgação das isenções das taxas de saneamento. Mas é também evidente, que subsiste nesta matéria uma diferença de opinião, porquanto o Sr. Presidente continua a afirmar que 85 contos por uma só vez não é nada e no nosso entender 85 contos de uma só vez é muito. É uma diferença de opinião intransponível e vamos a ver se conseguiremos alguma vez chegar a um acordo geral com as pessoas que reivindicam outras medidas, porque como disse, não é obrigatório que o preço que é cobrado corresponda ao preço real. Queria ainda dizer ao Sr. Presidente, que é mau que o município de Aveiro não tenha opinião na questão das transferências das novas competências de parte do Poder Central para as Autarquias Locais. E queria dizer, que por exemplo, um simples município como o de Ílhavo pôs os membros da Assembleia Municipal a participar na recolha dessa opinião.*

*Por último, queria chamar a atenção da Câmara e do Sr. Presidente, de que o que é mais vincado no estatuto da oposição, é a possibilidade de intervenção na preparação do Plano de Actividades, antes da sua aprovação pela Câmara Municipal.”*

Vogal Britaldo Rodrigues:

*“Em primeiro lugar para dizer o seguinte: a intervenção do Sr. Presidente da Câmara relativamente ao Plano de Urbanização de S. Jacinto, liga-se segundo ele, com uma hipótese que seria de uma solução rodoviária. Foi bom ouvir isso, aprecio esta sua hipótese de solução rodoviária simplesmente, sendo assim, seria urgente que se arrancasse com o Plano de Urbanização de S. Jacinto, porque ligar uma coisa à outra e nunca mais se avançar com o Plano de Urbanização de S. Jacinto, pode atirar o assunto para as “calendas gregas” o que a meu ver não seria desejável.*

*Em segundo lugar e por se ter referido a alguma polémica que foi travada entre nós, devo dizer que, tendo sido aqui apresentada uma moção sobre esse assunto, no qual estou envolvido, por uma questão de princípio não me vou pronunciar, mesmo apesar dele ter entrado ligeiramente neste assunto eu continuo a não falar sobre o mesmo. Embora me apetecesse.”*

Vogal Jorge Nascimento:

*“Sr. Presidente, o Sr. Presidente da Câmara assumiu o compromisso durante a campanha fazer o tal ‘lago navegável’. Tem todo o direito (no meu entender) de desenvolver as acções pessoais que tenham como consequência a realização desse objectivo, disso não tenho dúvidas nenhuma, aliás até é de respeitar porque o eleitorado lhe deu os votos. Agora, se bem interpreto, todo este caminho está profundamente errado, e vou-lhe fazer uma pergunta sobre isto tudo. O Sr. Presidente ganhou as eleições e está a desenvolver esse seu propósito eleitoral, e está já a abrir o buraco. Penso eu, que esse é o primeiro grande ‘buraco’ da gestão autárquica do Sr. Presidente, disso não temos dúvidas vemos o buraco lá. É o grande ‘buraco’ (já aqui foi dito) porque é a renúncia a grandes respostas sociais que eram necessárias para o Executivo; este é o meu entendimento. Agora, o que eu sei é o seguinte: nós temos um Plano Director Municipal aprovado por esta Assembleia, que obriga este Executivo (ou outro qualquer) a fazer um Plano de Pormenor do Centro, que é questão melindrosa. Agora, vê-se que está ali a criar um enorme buraco, que há-de ter um impacto de consequências enormes no que vai ser esse Plano, muitas consequências. Então eu pergunto, se não há Plano de Pormenor do Centro (não há Plano de Pormenor do Centro porque só há quando for aprovado por esta*

*Assembleia) este Executivo está a abusar notoriamente da conformação da cidade. O Sr. Presidente assumiu o compromisso eleitoral, agora só pode é bater-se por essa sua ideia, não pode dizer realizo-a porque a Lei não lhe dá esse Poder. A Lei dá o Poder a esta Assembleia. Quando o Sr. Presidente abre o buraco, pode muito bem acontecer, esta Assembleia não lhe aprovar o Plano de Pormenor do Centro, e se cá o trouxer dizermos: Sr. Presidente feche o buraco. Então agora pergunto: quem lhe deu autorização para abrir aquele buraco nesta fase?! Responda-me.”*

**Vogal Filipe Brandão:**

*“Sr. Presidente, serei particularmente breve, até porque a natureza da intervenção após a intervenção do Sr. Presidente assim o exige. Face à evolução da questão, da polémica entre o Presidente da Câmara e o Prof. Britaldo, penso que já não haverá mais nada a dizer. Aproveito apenas para expressar uma palavra de censura para o Presidente da Câmara. E faço, porque é desagradável Sr. Presidente (deixe-me dizer-lhe directamente), que quando questionado directamente para responder a algumas questões de complexidade, porém manifestamente inopinadas, isto é, imprevistas, V. Ex.ª responda sempre prometendo que trará a resposta numa data incerta. Eu permito-me Sr. Presidente (se me aceita esta sugestão), aconselhar V. Ex.ª a fixar uma data para essas respostas.*

*E se me permite o alvitre, eu queria sugerir a V. Ex.ª que a partir de agora promettesse trazer essas informações no dia seguinte à vitória da AD nas legislativas; vai ver que nunca mais o chateiam.”*

**Vogal Manuel António Coimbra:**

*“O Sr. Presidente da Câmara, remeteu-se durante grande parte da sua intervenção ao silêncio em relação ao teor da Moção que aqui apresentei, o que me parecia que isso teria sido um consentimento do seu excesso. Aliás, de consenso, por aquilo que foram as intervenções nesta Assembleia. No entanto, o Sr. Presidente falou, falou e não mostrou arrependimento e isso é grave; para mim é bastante grave. De maneira que Sr. Presidente da Assembleia, aproveito esta oportunidade para formalmente fazer o pedido de agendamento da Moção que aqui submeti e que vi recusada a sua discussão, para a Assembleia regimental de Abril.”*

**Vogal Henrique Diz:**

*“Sr. Presidente, um comentário às reacções à proposta do meu colega. De facto verifica-se, como aliás foi visível durante o debate inicial, que há pessoas na bancada do Partido Socialista que têm medo da Moção. Só assim, é que eu posso perceber que perante uma interpelação de um colega meu de bancada, ao Sr. Presidente, a bancada do Partido Socialista se permita responder ou um membro da Mesa se permita responder, estando o Sr. Presidente presente. Não se preocupem meus senhores, a Moção será agendada e será certamente votada favoravelmente; perderem, já perderam, escusam de estar tão agitados neste momento.”*

**Vogal Filipe Brandão:**

*“Foi referenciado, é óbvio não fui nomeado, mas referenciado. Sr. Prof. Henrique Diz, que fique perfeitamente claro que da minha parte e da minha bancada, não há qualquer receio de discussão de qualquer Moção. Eu classifico a Moção do Prof. Manuel António como ridícula e se V. Ex.ª pretender agendá-la, eu vou desmontá-la e vou de forma clara e inequívoca expressar o porquê do ridículo da sua discussão. Portanto, não confunda medo com o ridículo. Quanto aos apartes, como é evidente os trabalhos desta Assembleia caracterizam-se por apartes e obviamente o Sr. Presidente da Mesa com o brilhantismo que lhe é reconhecido, conduz os trabalhos sendo impermeável a qualquer tipo de apartes.”*

Vogal Virgínia Silva Veiga:

*“Como toda a gente tem o direito regimental aos apertes sobre esta matéria, eu tenho estado a tentar conter-me porque eu fui conjuntamente com o Dr. Filipe Neto Brandão e o Dr. Raúl Martins, as pessoas que por delicadeza (penso eu), pretendíamos não sujeitar o Prof. Britaldo Rodrigues, que nisso entendeu algum paternalismo, àquilo que vai ter de ouvir. Eu vou dizer só para aperitivo, os comentários que fiz quando li o seu artigo e o comentário que fiz hoje ao Prof. quando ele trouxe aqui esta Moção. Quando li o seu artigo, com toda a franqueza, achei-o de baixíssimo nível e ainda para mais vindo de quem vinha, porque o tinha numa conta completamente diferente. Quando o Prof. Manuel António trás hoje aqui a Moção, veio trazer a obrigação de criticar o Prof. Britaldo Rodrigues, o que eu não queria fazer. Juro-lhe que isto é autêntico. Agora, quer também o comentário que fiz ao artigo do Sr. Presidente da Câmara? - Até que enfim que Aveiro tem um Presidente da Câmara com coluna vertebral. Quem não se sente não é filho de boa gente. É tudo quanto é merecido.*

*O Presidente da Câmara foi atacado nesse papel, por um Deputado Municipal que assinava como tal; o Presidente da Câmara respondeu. Querem apresentar a Moção façam favor, aqui nesta bancada ninguém tem medo disso. E para o Sr. Presidente da Câmara, que era para ele que eu me devia dirigir (também tenho direito de apertes Sr. Prof. Henrique Diz) a questão é esta: os meus animais - eu não tenho culpa, lá por que o defendo, que nunca me responda.”*

Presidente da Câmara:

*“Sobre os animais, eu de facto não aponte aqui porque, nós no quadro de reestruturação dos armazéns gerais o Eduardo Feio elaborou uma proposta (agora vou brincar com o assunto) megalómana, para um canil e um gatil, que é de facto uma proposta muito interessante, que faz uma associação com uma Associação de Protecção dos Animais, mas que tendo de gerir prioridades e recursos escassos, achámos que deveríamos redimensionar a proposta e portanto isso está na agenda, vai ser redimensionado e serão instalados em princípio na Quinta de Taboeira, que tem boas condições para isso.”*

Vogal Armando Vieira:

*“Sr. Presidente, com muita serenidade apenas dizer o seguinte: a Sr. Deputada Virgínia Veiga está mal informada, porque quem começou toda esta polémica (e eu já tive oportunidade de conversar isto com o Sr. Presidente da Câmara) foi o Sr. Presidente da Câmara.”*

Presidente da Câmara:

*“Sr. Deputado, conversámos com serenidade mas eu não reconheci isso. É o rigor dos factos. Eu também não quero discutir a Moção, porque se vamos discutir a Moção eu também tenho muito para dizer.”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“Só para dizer que acho que estamos claramente a perder tempo, as perguntas concretas que eu coloquei ao Sr. Presidente da Câmara sobre questões concretas que me preocupam e que nos preocupam sobre Aveiro, foram respondidas com respostas apazadas para “proximamente”. A estas questiúnculas que entre duas pessoas se resolveriam, são questiúnculas que ofendem cada um dos intervenientes na sua própria honra e apenas a cada um diz respeito. Agora questões sobre Aveiro, concretas, precisas e objectivas, cinco que eu coloquei, as respostas foram “proximamente”. Este era o protesto que eu gostava de deixar aqui.”*

Vogal João Pedro Dias:

*“Não vou entrar na discussão da célebre Moção, até porque com toda a sinceridade acho que não tem dignidade suficiente para ser debatida nesta Assembleia. E desde já quero dizer publicamente, que no dia em que esta Assembleia debater essa Moção, farei questão de ostensivamente não estar presente, porque não lhe encontro aqui matéria política subjacente para perder o tempo para esse assunto. Mas quero protestar veemente, porque estas coisas fazem às vezes perder a noção das realidades, e o meu protesto é para a intervenção da Sr. Deputada Virgínia Veiga. Não é verdade (e deixe-me dizer que falo em nome desta bancada), que Aveiro tenha pela primeira vez um Presidente da Câmara com coluna vertebral. Felizmente, além do Dr. Alberto Souto que a tem, também já teve outros, que eu não quero esquecer, não posso esquecer, nem devo esquecer.”*

Dado o adiantado da hora o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião, convocando nos termos regimentais, a próxima reunião da presente Sessão para o dia 03 de Março de 1999 (quarta-feira), pelas 18:00 horas.

Eram 01:30 horas do dia 27 de Fevereiro.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte a gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião e vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.